



Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - PPGPol

VICTOR ALBERTO BUENO COELHO

**ATITUDES DEMOCRÁTICAS E EVANGÉLICOS NO
BRASIL: CONSERVADORISMO OU
ANTIDEMOCRATISMO?**

São Carlos - SP

2025

Victor Alberto Bueno Coelho

**ATITUDES DEMOCRÁTICAS E EVANGÉLICOS NO BRASIL: CONSERVADORISMO
OU ANTIDEMOCRATISMO?**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre
em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi

Coorientador: Prof. Dr. Paul Charles Freston

São Carlos-SP

2025

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - PPGPol

Folha de aprovação

Aprovado em ____ de _____ de ____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Prof. Dr. Paul Charles Freston
Wilfrid Laurier University

Prof.^a Dr.^a Lucy Oliveira
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi
Universidade Federal do Paraná - UFPR

*Aos meus sobrinhos, Kayan, Maria
Vitória, Lorenzo, Ana Lya e Kimberly,
para que sejam inspirados no caminho
do conhecimento.*

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de iniciar agradecendo aos meus pais, Ana Maria e Francisco de Assis, que sempre acreditaram e confiaram na carreira que escolhi, dando-me todo o suporte necessário.

Agradeço ao Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi pelo excelente e exemplar trabalho orientação, sempre presente e pronto a ajudar com o que quer que fosse. Certamente, contar com sua orientação tornou esse período muito mais agradável do que eu imaginava.

Agradeço também ao Prof. Dr. Paul Charles Freston, que desde o início aceitou ser coorientador deste trabalho, contribuindo com riquíssimos comentários e sugestões. Certamente, uma das pessoas mais eruditas que tive o prazer de conhecer e o privilégio de ter como coorientador.

Agradeço ao Dr. Matheus Ferreira e à Prof.^a Dr.^a Lucy Oliveira, que gentilmente aceitaram participar do meu exame de qualificação e contribuíram com excelentes e pertinentes sugestões, além das cuidadosas críticas necessárias.

Agradeço ao Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi e novamente à Prof.^a Dr.^a Lucy Oliveira, que de pronto aceitaram compor a banca examinadora desta dissertação. Certamente uma honra — e grande responsabilidade — ser avaliado por tão excepcionais pesquisadores.

Agradeço a todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, exemplo de dedicação e excelência. Aprendi muito com cada professor e professora deste Programa. Além do vasto conhecimento, foram exemplos de respeito e cuidado com os alunos.

Agradeço a cada colega do Programa, especialmente da turma de ingressantes de 2023, que além de cada conversa instigante acerca das aulas e de nossas pesquisas, também proporcionaram momentos de muita descontração, tornando esse processo muito mais agradável.

Agradeço a Mariana, minha querida namorada, que sempre me motivou, participou e, claro, tolerou, ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Obrigado, meu bem!

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo financiamento através da bolsa de mestrado, que permitiu que eu me dedicasse exclusivamente a essa pesquisa.

Enfim, agradeço a Deus, que em tudo me inspira e me sustenta. *Graças, graças, mil graças, por teu precioso amor!*

“Façam ou se recusem a fazer arte, ciências, ofícios. Mas não fiquem apenas nisto, espiões da vida, camuflados em técnicos da vida, espiando a multidão passar. Marchem com as multidões.”

Mário de Andrade

“O fiel que comungou com seu deus não é apenas uma pessoa que vê veredas novas, que o não crente ignora: trata-se de alguém que pode mais. Ele sente em si mais força, seja para suportar as dificuldades da existência, seja para vencê-las. Ele é como que elevado acima das misérias humanas, porque é elevado acima de sua condição humana; ele se crê salvo do mal, a despeito da forma, aliás, com que concebe. O primeiro artigo de toda fé é a crença na salvação pela fé.”

Émile Durkheim

RESUMO

As eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022 foram marcadas pelo significativo apoio do eleitorado evangélico ao candidato de direita Jair Bolsonaro. Jornalistas, comentaristas políticos e pesquisadores tentaram explicar esse apoio a partir da congruência dos valores conservadores de lideranças evangélicas brasileiras aos valores de Jair Bolsonaro. No entanto, ainda são escassas as pesquisas que analisaram o fenômeno no nível da opinião pública, ou seja, para além do alinhamento com um candidato com as lideranças de um segmento da sociedade. Os evangélicos são, de fato, mais conservadores e autoritários? A presente pesquisa pretende responder a essa pergunta, além de identificar, a partir dos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro, a existência de um comportamento político característico dos evangélicos brasileiros. Resultados preliminares confirmam a necessidade de se olhar com maior cuidado para esse grupo, por exemplo ao identificar que os evangélicos são mais conservadores que os católicos, outras religiões e ateus, porém não necessariamente mais autoritários.

Palavras-chave: conservadorismo, autoritarismo, evangélicos, democracia.

ABSTRACT

The 2018 and 2022 Brazilian presidential elections were marked by the significant support of the evangelical electorate for right-wing candidate Jair Bolsonaro. Journalists, political commentators, and researchers have attempted to explain this support based on the alignment between the conservative values of Brazilian evangelical leaders and those of Jair Bolsonaro. However, few studies have analyzed this phenomenon at the public opinion level, beyond the alignment between a candidate and the leaders of a specific segment of society. Are evangelicals indeed more conservative and authoritarian? This research aims to answer this question and, using data from the Brazilian Electoral Study, identify whether there is a distinct political behavior among Brazilian evangelicals. Preliminary results confirm the need for a closer examination of this group, as they are found to be more conservative than Catholics, adherents of other religions, and atheists, but not necessarily more authoritarian.

Keywords: conservatism, authoritarianism, evangelicals, democracy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Religião por região do país (%)	29
Tabela 2 - Religião por sexo (%)	30
Tabela 3 - Religião por faixa etária (%)	31
Tabela 4 - Religião por raça/cor (%)	31
Tabela 5 - Filiação religiosa dos eleitores brasileiros, 2022	46
Tabela 6 - Atitudes democráticas dos eleitores brasileiros, 2022	48
Tabela 7 - Atitudes democráticas dos eleitores brasileiros, 2022	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Probabilidades preditas da religião sobre a adesão forte/máxima à democracia, ESEB 2002	52
Gráfico 2 - Probabilidades preditas da religião sobre a adesão forte/máxima à democracia, ESEB 2010	53
Gráfico 3 - Probabilidades preditas da religião sobre a adesão forte/máxima à democracia, ESEB 2014	54
Gráfico 4 - Probabilidades preditas da religião sobre a preferência pela democracia*, ESEB 2018	55
Gráfico 5 - Probabilidades preditas da religião sobre a adesão forte/máxima à democracia, ESEB 2022	56
Gráfico 6 - Probabilidades preditas da religião, com batistas separados dos protestantes históricos, sobre a adesão forte/máxima à democracia, ESEB 2022	57
Gráfico 7 - Probabilidades preditas da religião sobre o apoio à redução da maioria penal	58
Gráfico 8 - Probabilidades preditas da religião sobre o apoio à legalização do aborto	59
Gráfico 9 - Probabilidades preditas da religião sobre o apoio à adoção de crianças por casal gay	59
Gráfico 10 - Probabilidades preditas da religião sobre o compromisso democrático	60
Gráfico 11 - Probabilidades preditas da religião sobre o apoio à separação dos poderes	61
Gráfico 12 - Probabilidades preditas da religião sobre o apoio ao Estado de Direito	62

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1 DEMOCRACIA E ATITUDES DEMOCRÁTICAS	16
2.2 A PLURALIDADE DAS FILIAÇÕES RELIGIOSAS NO BRASIL	20
2.2.1 Os Católicos	20
2.2.2 Os Evangélicos	20
2.2.2.1 Os Protestantes Históricos	20
2.2.2.2 Os Pentecostais	21
2.3 CONSERVADORISMO E ANTIDEMOCRATISMO: UMA DISTINÇÃO	24
2.4. CONSERVADORISMO E ANTIDEMOCRATISMO ENTRE EVANGÉLICOS	26
3. QUEM É O EVANGÉLICO BRASILEIRO?	28
4. DA RELIGIÃO À POLÍTICA	32
5. METODOLOGIA	42
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
6.1 ANÁLISE LONGITUDINAL	49
6.2 RESULTADOS E ANÁLISE REFERENTES À 2022	55
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
ANEXO A	71

1 INTRODUÇÃO

Pastor, cantora gospel e muitos fiéis. Tais personagens, que normalmente encontraríamos em algum congresso ou encontro evangélico, estavam presentes nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023¹. E não se trata de coincidência, os evangélicos no Brasil contam com um longo histórico de conservadorismo e, até mesmo, simpatia a alternativas autoritárias. Por muito tempo, isso chamou a atenção de apenas alguns poucos pesquisadores, mas agora em que os evangélicos já representam 31% da população, segundo pesquisa amostral², além de já haver previsões de que nos próximos anos tornem-se maioria religiosa no país³, o interesse neste segmento tem aumentado significativamente.

Mas nem sempre foi assim. Por muito tempo, o Brasil caracterizou-se por ser um país hegemonicamente católico. Entretanto, nas últimas décadas, a população cristã brasileira tem se dividido, principalmente, entre católicos e evangélicos. Para efeitos comparativos, no Censo Demográfico do IBGE de 2000, os católicos representavam 73,57% da população, e os evangélicos, 15,4%, enquanto no Censo de 2010 observou-se uma queda entre os católicos, passando a representar 64,6%, e um aumento entre os evangélicos, para 22,2%. Segundo pesquisa recente do DataFolha, os evangélicos já representam 30% da população⁴.

O crescimento dos evangélicos tem fomentado a proliferação de estudos sobre o tema na Ciência Política. Uma importante vertente desses estudos ressalta a importância dos evangélicos na arena legislativa brasileira (Pierucci, 1989; Freston, 1993; Prandi e Santos, 2017) e na capacidade das igrejas de mobilizarem seus fiéis politicamente (Oro, 2003; Gerardi, 2016; Rodrigues-Silveira e Cervi, 2019; Ferreira e Fuks, 2021;). Outra se concentra no efeito da religião na formação das atitudes e

¹ <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pf-prende-pastor-cantora-gospel-e-influencers-pelos-atos-do-8-de-janeiro/>

²

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>

³ <https://veja.abril.com.br/brasil/evangelicos-devem-ultrapassar-catolicos-no-brasil-a-partir-de-2032>

⁴ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>

percepções políticas e na escolha do voto (Pierucci e Prandi, 1995; Bohn, 2004, 2007; Burity, 2021).

Mais recentemente, a ascensão e o governo de Bolsonaro, entre 2018 e 2022, renovou o interesse pelo papel da religião e, mais especificamente, a relação entre evangélicos e o voto. Como bem sintetizou Amaral (2020), apesar de ser católico, o alinhamento entre Bolsonaro e políticos pentecostais em torno de pautas “morais” fortaleceu o nome do candidato entre o eleitorado evangélico, principalmente os neopentecostais⁵. A sustentação dessa base evangélica foi corroborada pela pesquisa de Rennó (2022), com dados do survey “A Cara da Democracia”. Nas três ondas da pesquisa (2019, 2021 e 2022), ser evangélico aumentava significativamente as chances de ter votado em Bolsonaro em 2018 e de avaliar bem o seu governo.

O que explica o voto do eleitor evangélico em Bolsonaro? Tanto Amaral (2020) quanto Rennó (2022), assumem que existe um alinhamento deste público com o posicionamento conservador do Presidente, contrário à legalização do aborto, ao casamento civil e à adoção de crianças por casais gays, mas favorável à redução da maioria penal e a criminalização das drogas, por exemplo. Ainda neste sentido, Silva (2019) demonstra a prevalência da “moral e os bons costumes” sobre a tradicional tese do voto econômico. No entanto, Ferreira (2022), em sua tese sobre o voto evangélico em Bolsonaro, chama a atenção para a heterogeneidade desse segmento religioso, ao identificar diferenças no comportamento eleitoral dos evangélicos a partir de variáveis como identidade racial e de gênero.

No entanto, além de conservador, Bolsonaro também revelou um lado antidemocrático. Em 2016, por exemplo, ele dedicou seu voto favorável ao impeachment de Dilma Rousseff ao Coronel Carlos Brilhante Ustra⁶, condenado por tortura no período da ditadura militar. Em 2019, já ocupando o cargo de Presidente da República, negou que houve “ditadura” no Brasil e minimizou as mortes do período. Em 2021, fez um discurso enérgico contra o TSE e o STF, dando a entender que não mais obedeceria às decisões do judiciário e conclamou o povo a o apoiar nessa empreitada.

⁵ Com dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2018, Amaral (2020) encontrou que eleitores neopentecostais tinham até duas vezes mais chances de votar em Bolsonaro no segundo turno quando comparados a eleitores católicos.

⁶ <https://memoria.ebc.com.br/noticias/2016/04/saiba-quem-e-o-coronel-ustra-homenageado-pelo-deputado-jair-bolsonaro-em-votacao-do>

Podemos identificar o ápice desse movimento na tentativa de golpe de Estado articulada por apoiadores do ex-presidente, que em 8 de janeiro de 2023 invadiu os prédios dos Três Poderes, na esperança de que isso sensibilizasse os militares para uma intervenção.

Diante disso, fica a dúvida: o eleitorado evangélico no Brasil é, simplesmente, mais conservador, ou seria, também, mais antidemocrático? A pergunta é relevante, não só para compreender melhor quais características efetivamente atraem esse público ao “bolsonarismo”, mas também porque pode nos orientar sobre sua aderência mais geral à discursos antidemocráticos, de quem quer que seja. Enfim, se buscamos compreender o que distingue o comportamento político dos evangélicos brasileiros, a questão apresentada é um bom ponto de partida.

Embora seja “lugar comum” assumir que os evangélicos são mais conservadores, existem poucas pesquisas que quantificam a intensidade desse fenômeno. O mesmo pode ser dito à ideia, mais ou menos difundida, de que eles também são mais antidemocráticos. Por fim, ainda mais raras são as pesquisas que levam em consideração a grande diversidade denominacional que marca a religião evangélica.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 DEMOCRACIA E ATITUDES DEMOCRÁTICAS

O estudo de grupos religiosos, seu comportamento e suas atitudes em relação à democracia demanda, antes de tudo, uma reflexão sobre os conceitos envolvidos, começando justamente pelas “atitudes democráticas”. No entanto, para se explicar o que são essas atitudes, é indispensável definir, primeiro, o que é democracia, tornando-a um conceito operável.

Dentro e fora da ciência política, democracia é marcada por uma considerável imprecisão conceitual, podendo abranger muita coisa e, conseqüentemente, nada (DAHL, 2012). Portanto, faz-se necessário, ao trabalhar com este conceito, tê-lo bem delimitado, escapando, assim, à confusão conceitual (Sartori, 1994). Dessa forma, passaremos pelas principais definições de democracia (Collier e Levitsky, 1997). Pode-se dizer que o debate em torno do conceito de democracia forma um espectro conceitual, que vai de definições muito enxutas, às mais abrangentes. Começando pela mais abrangente, temos aqueles que incluem características sociais como requisitos para que um regime seja tido como democrático. Um exemplo desses requisitos sociais é a igualdade, o que caracteriza a chamada *democracia social*. Essa definição remonta à visita de Alexis de Tocqueville à América, em 1831, em que ele passa a contrastar aquela democracia observada – em que se destacava a igualdade política – com a aristocracia europeia da época. Sartori (1994), no entanto, ressalta que democracia é, antes de tudo, um conceito político, e, por isso, faz uma crítica ao que chama de “democracias com adjetivos” — *democracia social*. Portanto, para Sartori (1994, p. 29), “democracia política enquanto método, ou enquanto procedimento, deve preceder qualquer grande realização que possamos exigir de uma democracia”. Assim, por mais nobres e desejáveis que sejam valores como a igualdade, não devem confundir-se com requisitos para a democracia (Casalecchi, 2018).

Por outro lado, há definições demasiadamente enxutas, como a de Schumpeter (1961), que defende que a escolha de governantes por meio de eleições competitivas

é requisito suficiente para caracterizar um regime como democrático. O problema dessa posição é que não podemos descartar fraudes e desigualdades em eleições competitivas, ou ainda a interferência de outros grupos nas eleições, como os militares em eleições na América Latina na década de 1970. Embora eleições livres e competitivas sejam requisitos indispensáveis a qualquer definição séria de democracia, esses elementos, somente, não dão conta de defini-la. Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2001), chamarão essa classificação, que considera apenas as eleições como sub-mínima.

Portanto, consoante às classificações propostas por Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2001), a posição mais adequada ao presente trabalho é a definição mínima de democracia – embora mínima, ela não é sub-mínima, como a de Schumpeter – defendida por Bobbio (1994) e Dahl (1997). Essa definição pode ser assim resumida:

[...] eleições livres, periódicas e competitivas (a dimensão eleitoral), a preservação de direitos e garantias fundamentais, tanto em nível do governo quanto dos cidadãos (a dimensão liberal) e a extensão da participação política, seja através do voto e/ou de outros mecanismos não eleitorais (a dimensão participativa). (Casalecchi, 2018, p. 24).

Assim, a definição mínima de democracia (Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán, 2001), resumida em suas dimensões eleitoral, liberal e participativa (Casalecchi, 2018), nos permite escapar da profusão conceitual das “democracias com adjetivos” (Sartori, 1994), assim como o risco de tomar por democracia o que não é, como é o caso da definição sub-mínima de Schumpeter (1961).

O presente trabalho, no entanto, não tem como objetivo analisar os efeitos da religião sobre as instituições democráticas em si, mas, antes, sobre as atitudes que os cidadãos têm para com a democracia. Nesse sentido, é preciso definir também o que entendemos como “atitudes democráticas”.

O trabalho parte do pressuposto de que não apenas as instituições importam, mas também as crenças, valores e atitudes que os cidadãos formam em relação a

essas mesmas instituições, conforme defenderam Almond e Verba (1963). A ideia de que as instituições estão interconectadas às atitudes, no entanto, é ainda mais antiga e remonta aos estudos clássicos de Max Weber.

Em sua clássica tipologia, Weber (1999) classifica “três tipos puros de dominação”: racional/legal, tradicional e carismática. A primeira é caracterizada pela obediência burocrática e formal (obediência às leis, p. ex.) e possui caráter impessoal; a segunda trata da obediência àquele nomeado em nome da tradição e dos hábitos costumeiros; a última diz respeito ao dominador que é constituído como tal pela força de seu carisma. Desse modo, a “dominação é a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato” (Weber, 1999, p. 128). É a partir desse conceito weberiano que se encontra também um outro conceito fundamental para se compreender as atitudes democráticas: a legitimidade.

Nos lembra o próprio Weber (1999, p. 139):

Conforme ensina a experiência, nenhuma dominação contenta-se voluntariamente com motivos puramente materiais ou afetivos ou racionais referentes a valores, como possibilidades de sua persistência. Todas procuram despertar e cultivar a crença em sua 'legitimidade'.

Dessa forma, segundo Weber, a legitimidade é o apoio consentido, não com base na força. Um sistema político, por exemplo, pode ser considerado legítimo não por imposição de força e violência, mas porque a maioria dos cidadãos o considera legítimo, crente de que é o “melhor”. O que impera é a percepção e a crença que os cidadãos têm em relação ao sistema.

Embora o conceito de legitimidade encontre sua base em Weber (1999), foi Easton (1965, 1975) quem o consolidou na Ciência Política moderna, dando a ele um enfoque multidimensional. Para Easton, há duas dimensões de apoio político. A primeira é o chamado “apoio difuso”, que diz respeito ao apoio às ideias mais abstratas de um sistema político, e a segunda é a dimensão de “apoio específico”, que trata do apoio às instituições democráticas e outras manifestações “práticas” de um sistema político. A divisão é importante, porque o apoio específico pode mudar

momentaneamente, dependendo do governo, da economia e de outros fatores conjunturais. Já o apoio difuso é estável, fruto de um processo de socialização e de mudanças que transcorrem ao longo de gerações.

Um avanço importante no conceito de legitimidade também foi dado por Inglehart (2003) ao observar os dados do *World Values Survey* (WVS). Inglehart notou que uma parcela significativa dos entrevistados classificou democracia como “boa” ou “muito boa” ao mesmo tempo em que se demonstrou favorável a ideias como a de um “líder forte, que resolva seus problemas, nem que para isso tenha que ignorar as eleições ou o parlamento”. A contradição entre o apoio à democracia e a líderes autoritários mostra que a legitimidade não deve ser medida apenas perguntando se os entrevistados preferem a democracia, mas também se rejeitam alternativas autoritárias. O conceito de “compromisso democrático” (Casalecchi, 2018) traz a ideia de que não basta preferir a democracia, sendo igualmente necessário ser intransigente com regimes autoritários.

Voltando a definição inicial de democracia e conectando-a à definição apresentada de atitudes democráticas, consideramos que uma “cultura política democrática” seja marcada pela crença de que a democracia, apesar dos seus problemas, é a melhor forma de governo existente e que não se deve abrir mão de eleições livres, periódicas e competitivas, nem dos direitos e das garantias fundamentais ou da liberdade de participação. Além disso, é preciso igualmente rejeitar qualquer alternativa autoritária, ainda que em situações socialmente problemáticas, como em casos de crise econômica, social ou até política. São esses, portanto, os fenômenos que esta pesquisa busca explicar, o que na linguagem metodológica é chamado de “variável dependente”.

Uma vez definidas as variáveis dependentes da pesquisa, a atenção agora deve se voltar às chamadas “variáveis independentes”, ou seja: os aspectos que explicam as atitudes democráticas. No caso, a principal variável independente do trabalho é a religião e os subgrupos religiosos.

2.2 A PLURALIDADE DAS FILIAÇÕES RELIGIOSAS NO BRASIL

2.2.1 Os Católicos

Para tratar da igreja católica, tomamos como base o trabalho de Teixeira (2005) que identificou ao menos duas manifestações diversas do catolicismo no Brasil: os católicos não praticantes, que ele chama de “católicos santoriais”, marcados pelo culto aos santos e pela busca de milagres, mas que, em geral, não incorporam os preceitos da igreja e frequentam pouco a missa. Segundo Teixeira (2005, p. 17): “o catolicismo brasileiro foi durante muito tempo um catolicismo de ‘muita reza e pouca missa, muito santo e pouco padre’”. Outro grupo identificado pelo autor foi o dos “católicos oficiais”, que chamamos neste trabalho de católicos praticantes. Este grupo é mais frequente nas atividades da igreja e demonstra maior fidelidade ao ensino oficial da tradição católica. O catolicismo brasileiro certamente é mais complexo que isso, mas essas classificações já representam um avanço na forma como os católicos são retratados nas pesquisas.

2.2.2 Os Evangélicos

Os evangélicos, por sua vez, considerando seu desenvolvimento histórico desde a Reforma do século XVI, apresenta maior diversidade. Segundo Freston (1993, p. 36), “rompendo com a unidade em torno do Bispo de Roma, o protestantismo estabeleceu a Bíblia como instância máxima. Essa estrutura deu ao protestantismo uma alta propensão ao cisma”. Em sua tese de doutoramento, Freston (1993), ao analisar a presença evangélica na política, desenvolveu uma tipologia de protestantes no Brasil, passando por algumas tipologias já existentes, como a de D’Epinay (1975), do CEDI (1992), de Mendonça (1989) e a de Brandão (1986).

2.2.2.1 Os Protestantes Históricos

Primeiro, o autor passa pelo protestantismo histórico, discriminando-o entre protestantismo histórico de imigração e protestantismo histórico de missão. O primeiro

tem como principal referência os luteranos, que representam o mais antigo grupo protestante brasileiro, tendo chegado ao Brasil com os imigrantes. Estes imigraram por questões socioeconômicas, foram marginalizados culturalmente e, salvo exceções, não dispunham de um pastor (Freston, 1993, p. 42). Além disso, o protestantismo histórico de imigração representa um tipo sociológico diferente, o de igreja, e não de seita ou denominação, como é enquadrada a maioria dos grandes grupos protestantes no Brasil. O protestantismo histórico de missão, por sua vez, é o resultado de esforços missionários de converter os nativos, não tendo, nesse caso, um caráter étnico, como é o caso dos luteranos. São do tipo denominação, demonstram menor rigor ascético que os pentecostais e atingem classes sociais mais abastadas que os pentecostais (Freston, 1993, 47). Os principais representantes são os presbiterianos, congregacionais, batistas e metodistas.

2.2.2.2 Os Pentecostais

Os pentecostais, por suas particularidades, merecem atenção especial. Ainda que a propensão ao cisma seja uma característica do protestantismo, essa característica é ainda mais marcante entre os pentecostais. Assim, Freston (1993, 64-112) propõe entender o pentecostalismo no Brasil através de três ondas. E vale destacar aqui o uso da palavra “onda”. O uso desse termo, especificamente, indica as características de uma onda ainda podem se fazer presentes nas ondas seguintes. Não são movimentos estanques ou com limites muito bem definidos. Cada nova onda traz transformações e novidades, que podem coexistir com elementos das ondas passadas. Ou seja, a segunda onda pentecostal, como veremos a seguir, não indica a superação total

A primeira onda remonta ao início do século XX, e responde a um movimento global de expansão do pentecostalismo, movimento que surgiu nos Estados Unidos na mesma época, cujas principais características era uma tentativa de retorno a um cristianismo primitivo, marcado por manifestações sobrenaturais como o falar em línguas estranhas (glossolalia) e um significativo ascetismo, marcado pela rejeição às coisas “do mundo”. O pentecostalismo, em geral, é do tipo sociológico seita. O primeiro

grupo a chegar ao Brasil foi a Congregação Cristã do Brasil, resultado do trabalho missionário de Luigi Francescon, italiano que se converteu nos EUA numa igreja presbiteriana e, após experiências carismáticas pentecostais, recebeu uma profecia que dizia que ele deveria evangelizar os italianos em todo o mundo. Assim, começou pela própria Itália, EUA, passando pela Argentina, até chegar ao Brasil, em 1910. Seu trabalho concentrou-se especialmente entre os imigrantes italianos no Paraná e no interior de São Paulo. Um ano depois foi a vez da Assembleia de Deus chegar ao Brasil, concentrando-se na região Norte, através do trabalho de missionários suecos. Estes missionários suecos eram marginalizados em seu país de origem, muito por conta da hegemonia luterana, o que engendrou neles um forte sentimento de martírio, que foi transmitido ao público de suas missões, por isso era um grupo pouco preocupado com a ascensão econômica. Tanto a Congregação Cristã quanto a Assembleia de Deus eram grupos fortemente ascéticos — a Congregação até hoje —, com governos eclesiásticos verticais e centralizados.

A segunda onda pentecostal no Brasil ocorre entre os anos 1950 e 1960. As principais igrejas dessa segunda onda são a Igreja do Evangelho Quadrangular (1951), O Brasil Para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962). A primeira, a IEQ, é fruto de uma cruzada evangelística não-denominacional, a Cruzada Nacional de Evangelização, método popular à época também nos EUA, onde a IEQ começou. Diferente de outras igrejas pentecostais, mostrava-se menos rigorosa quanto às vestimentas e aparência feminina. Sua liderança nacional provinha da Igreja Presbiteriana Independente e da Igreja Metodista. Uma outra igreja que resultou da Cruzada Nacional de Evangelização foi O Brasil Para Cristo, fundada por um operário nordestino radicado em São Paulo, que sentia a necessidade de uma igreja totalmente brasileira. Uma característica marcante dessa igreja foi a ocupação de espaços seculares para a evangelização, como teatros, estádios, ginásios etc. Isso afastou esta igreja da tendência sectária do pentecostalismo.

Por fim, a Igreja Deus é Amor, fechando a segunda onda do pentecostalismo, destoa das duas anteriores por se mostrar fortemente sectária e legalista, com regras rigorosas quanto ao comportamento de seus membros. Seus templos ocupavam regiões centrais, de modo a alcançar pessoas que por ali passavam, como

trabalhadores, por exemplo, não atendendo apenas pessoas em seus horários de folga. O único meio secular que usava era o rádio, antecipando o que viria a ser a terceira onda pentecostal. Estas três igrejas, representantes da segunda onda pentecostal no Brasil, são marcadas por manifestações sobrenaturais, especialmente a cura divina. As três são de origem paulista e, à exceção da Deus é Amor, envolviam-se com a política institucional, inclusive tendo candidatos oficiais.

Por fim, a terceira onda pentecostal ocorre entre as décadas de 1970 e 1980, num contexto de inchamento urbano, aprofundamento da industrialização, comunicação de massas e estagnação econômica, além de crise na Igreja Católica e crescimento da umbanda (Freston, 1993, p. 95). As principais igrejas dessa terceira onda são a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD). Essas igrejas maximizam práticas já encontradas na segunda onda, como a comunicação por rádio e TV, aperfeiçoando-as, e introduzem novos elementos, como a Teologia da Prosperidade, que foca na ascensão social do fiéis, especialmente em deixar a condição de trabalhadores para tornarem-se patrões, empreendedores. Uma característica marcante dessa onda, e em especial da IURD, é seu sincretismo, como por exemplo a adaptação das novenas católicas através de suas correntes: corrente da prosperidade, corrente da saúde etc. Dispõe fortemente de elementos visuais, como o Pão da Fatura, Rosa Consagrada, Nardo Ungido etc. Essa onda pode ser descrita pelo trinômio cura-exorcismo-prosperidade, que pode, por sua vez, ser resumido como libertação, sendo talvez a palavra que define esse movimento: libertação das doenças, libertação espiritual e libertação do trabalho assalariado. Como ressalta Freston, embora as igrejas desse movimento trabalhem numa certa dimensão mágica — em seu sentido mais durkheimiano —, ou seja, um tipo de prestação de serviços, isso se dá apenas num nível dessas igrejas, que ainda prezam pela fidelização e assiduidade dos membros, o que, por sua vez, não permite que as igrejas sejam descaracterizadas como tipo *religião*.

Outro sociólogo que se debruçou a estudar este segmento religioso da população brasileira, especialmente a partir do que Freston (1993) chamou de terceira onda pentecostal, com destaque para a IURD, foi Ricardo Mariano (2004), que trata este movimento como *neopentecostalismo*, e inclui outras igrejas, como as igrejas Renascer

e Sara Nossa Terra. Ainda sobre a Universal, Mariano ressalta o controle vertical e centralizado da igreja. Um exemplo disso é o fato de os pastores ficarem pouco tempo em uma mesma igreja da IURD, o que evita a formação de grupo dissidentes, comum no evangelicalismo brasileiro. Mariano (2004) também reforça o argumento de Freston (1993) ao mostrar que embora a Igreja Universal do Reino de Deus preste serviços mágico-religiosos, a permanência e o pertencimento à igreja é condição para assegurar a salvação (Mariano, 2004, p. 130).

A partir da contribuição de Freston (1993) seria possível considerar os evangélicos, ao menos, em quatro grandes grupos: 1) protestantes históricos, 2) batistas, 3) pentecostais e 4) neopentecostais. Entretanto, devido ao baixo número desses grupos, foi impossível categorizá-los dessa forma. Nossa opção foi, então, juntar os protestantes históricos aos batistas e os pentecostais aos neopentecostais.

2.3 CONSERVADORISMO E ANTIDEMOCRATISMO: UMA DISTINÇÃO

Do ponto de vista teórico, é importante começar distinguindo “conservadorismo” de “antidemocratismo”. Para tanto, comecemos por conservadorismo, a partir do clássico ensaio de Samuel Huntington (1957). A partir deste autor, conservadorismo pode ser definido, de forma ampla, como um estado psicológico de “resistência articulada, sistemática e teórica à mudança” (Huntington, 1957) que são requisitadas, normalmente, pelas esferas até então marginalizadas da sociedade. Essas demandas, colocadas como “pautas” pelos setores mais progressistas podem variar dependendo do período e do contexto de cada sociedade. Nesse sentido, Huntington apresenta três tipos ou teorias de conservadorismo. A primeira delas é o conservadorismo aristocrático, que remonta à resistência feudal, aristocrática e agrária à Revolução Francesa e à burguesia, ou seja, a manutenção de uma classe — a aristocracia. Temos, por conseguinte, o conservadorismo autônomo, que pode ser definido “em termos de valores universais como justiça, ordem, equilíbrio, moderação”, de modo que qualquer indivíduo pode ser conservador, sem estar necessariamente vinculado a um grupo ou a uma classe. Em terceiro lugar, temos o conservadorismo situacional, que diz respeito às

mudanças e transformações de um momento histórico determinado, ou seja, esse tipo de conservadorismo serve à manutenção da ordem estabelecida.

Ao traçar uma genealogia do conservadorismo no Brasil, Lacerda (2020), em sua obra que aborda o neoconservadorismo, identifica as limitações da definição de Huntington ao se falar em neoconservadorismo. Destarte, ao passar pelo extenso debate sobre conservadorismo e neoconservadorismo, Lacerda (2020) sustenta as seguintes características constitutivas do conservadorismo — ou *neoconservadorismo* —, anticomunismo, nacionalismo, segurança pública — punições mais duras —, livre mercado e meritocracia, e, principalmente, a defesa da família tradicional e da moral religiosa (como reação ao feminismo e ao movimento LGBTQIA+). Vale destacar, ainda, um elemento fundamental da “coalizão conservadora” (Lacerda, 2020): a direita cristã, movimento que iniciou na década de 1950 nos Estados Unidos da América (Diamond, 1995). Esse movimento ganhou força no final da década de 1970, com a chamada Maioria Moral, movimento de direita cristã que defendia as pautas supramencionadas. Mas por que o destaque para essa direita cristã? Segundo Pieruci (1989), os evangélicos brasileiros tendiam a formar, assim como nos Estados Unidos da América, uma direita cristã, neste caso, brasileira.

O antidemocratismo, por sua vez, será definido aqui na linha proposta por Almond e Verba (1964), como uma atitude mais específica de aversão ao sistema político. Ou seja, trata-se de um questionamento da forma – as “regras do jogo” – e não dos conteúdos nela inseridos. No contexto brasileiro, de uma democracia liberal e representativa, isso se verifica quando um indivíduo admite, por exemplo, que um regime autoritário pode ser preferível ao democrático; um caso explícito de não adesão ao regime. Ou, de forma mais sutil, quando aceita que em situações de crise econômica, social e política, um golpe militar passa ser justificável (Moisés, 2008; Casalecchi, 2018).

Definidos dessa maneira, não há uma conexão automática entre ser conservador e antidemocrático, embora possa existir algum nível de correlação. Um indivíduo pode assumir uma posição conservadora em relação aos “temas” que permeiam o debate público sem confrontar, necessariamente, o regime democrático. O contrário também é

possível: uma pessoa pode aderir a regimes autoritários, a fim de impor suas próprias ideias, ainda que elas sejam, em termos de conteúdo, progressistas.

Essa distinção é relevante porque Bolsonaro conjuga as duas dimensões, tanto a conservadora, quanto a antidemocrática. Por um raciocínio estendido, poderíamos supor que o mesmo acontece com os evangélicos, afinal, eles votaram em peso no ex-Presidente. Nossa proposta é testar empiricamente se isso, de fato, acontece.

2.4. CONSERVADORISMO E ANTIDEMOCRATISMO ENTRE EVANGÉLICOS

A associação entre os evangélicos e o conservadorismo não é nova e perpassa por diferentes áreas de pesquisa. Pierucci (1989), por exemplo, ao estudar a gênese da bancada evangélica na Assembleia Nacional Constituinte de 1986, argumentou que ela possuía uma característica peculiar: não era nem política, nem ideologicamente homogênea, mas, de forma geral, era conservadora. Ela se considerava uma espécie de “guardiã” da moralidade familiar e social no Brasil, frente à uma agenda liberal e progressista que se desenhava em torno de temas como a união homoafetiva, educação sexual, liberalização do aborto, uso de drogas, entre outros essencialmente “morais”.

No campo eleitoral e das elites políticas, Pierucci e Mariano (1992) demonstraram que as lideranças evangélicas apoiaram massivamente a candidatura de Fernando Collor nas eleições de 1989, motivados, principalmente, pelo receio da implementação de um “comunismo ateu”, numa eventual vitória da esquerda, com Lula. Em trabalho posterior, Pierucci e Prandi (1995) reforçaram o diagnóstico de rechaço evangélico à figura de Lula, agora com dados de survey, ao demonstrar que este foi o grupo religioso que mais rejeitou o candidato petista em 1994.

Também com dados de survey, Bohn (2004, p. 313) demonstrou que os evangélicos se destacavam dos demais grupos ao se posicionarem contra o aborto: “os evangélicos, de fato, são os mais tradicionalistas no que diz respeito a esse tema, mas é fundamental perceber, no entanto, que a postura antiaborto é comum a todos os segmentos religiosos”. Por outro lado, ela não encontrou qualquer relação entre os

evangélicos e atitudes relacionadas ao campo político-econômico, como, por exemplo, o apoio ao direito de greve contra o governo ou ao papel social do Estado.

Em pesquisa posterior, Bohn (2006) analisou, com dados do ESEB 2002 e 2006, a postura dos evangélicos em relação à democracia, encontrando que eram: “o segmento religioso que mais se mostra insatisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil como também são os mais indiferentes à democracia e os que mais acreditam que, em algumas situações, regimes autoritários são melhores do que democracias”. Ela conclui o artigo dizendo que esse era um resultado preocupante, “uma vez que, conforme apontado pela literatura, há uma tendência de crescimento desse segmento no país. Estudos adicionais são necessários a esse respeito” (Bohn, 2006, p. 381).

Com base nesses trabalhos, acreditamos ser importante analisar até que ponto os evangélicos são, de fato, um grupo conservador **e** autoritário, ou na verdade tratar-se-ia de um grupo conservador, mas **não autoritário**. Esse diagnóstico é particularmente importante em um contexto no qual a base eleitoral de candidatos de extrema-direita parece se formar justamente em torno dos evangélicos no Brasil.

3. QUEM É O EVANGÉLICO BRASILEIRO?

Ainda que o interesse pelos evangélicos no Brasil, especialmente sua relação com a política, seja crescente, é importante responder: quem é o evangélico brasileiro? Isso porque, como qualquer outro segmento da sociedade, os evangélicos não são *apenas* evangélicos, eles têm gênero, cor, escolaridade, moram aqui ou ali, entre tantas outras características que atravessam a identidade evangélica.

Tomemos por referência o trabalho do antropólogo Juliano Spyer, que inicia seu livro *O Povo de Deus* (2020) de maneira provocativa: apontando os evangélicos como o “elefante na sala” (Spyer, p. 22, 2020). Ou seja, um segmento da população que vem crescendo significativamente a cada censo, ocupando espaços importantes no próprio Estado, mas que não se reflete numa mudança de tratamento recebido por parte da mídia, por exemplo. Seguem sendo tratados de maneira caricata, como se esses quase 30% da população adulta brasileira fossem a mesma coisa que algumas de suas lideranças.

Para identificarmos, sem estereótipos, o evangélico brasileiro, apresentamos a seguir alguns dados sobre os evangélicos da onda de 2022 do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro), para descrevermos esse “elefante na sala”. Cabe destacar que os dados relativos à religião do último censo do IBGE ainda não estão disponíveis.

A Tabela 1, abaixo, apresenta a distribuição de católicos, evangélicos, outras religiões e os sem religião por região geográfica do Brasil.

Tabela 1 - Religião por região do país (%)

Religião	Sudeste	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	Sul
Católico	46,6	54,38	45,1	49,36	48,62
Histórico	5,62	5,29	5,23	3,21	5,17
Pentecostal	27,4	23,36	22,88	34,62	22,41
Outras	8,55	5,84	16,99	2,56	9,66
Sem religião	11,83	11,13	9,8	10,26	14,14
Total	100	100	100	100	100

Fonte: o autor, a partir do ESEB 2022.

O primeiro elemento que nos chama a atenção é que em quatro das cinco regiões do país os católicos já representam menos da metade da população, o que acompanha outras pesquisas amostrais, como a do Instituto Datafolha⁷, que aponta que hoje os católicos são 50% da população brasileira. Outro destaque é que a região com o menor proporção de católicos, Centro-Oeste, não é a mesma região com a maior proporção de evangélicos, que é a região Norte. Isso pode apontar que o trânsito religioso no Brasil não diz respeito apenas aos católicos e evangélicos. O último destaque da tabela acima é em relação aos evangélicos: em todas as regiões, os evangélicos são majoritariamente pentecostais, com diferença significativa dos evangélicos históricos.

A seguir, apresentamos a proporção de cada religião por sexo.

Tabela 2 - Religião por sexo (%)

Religião	Mulher	Homem
Católico	46,63	51,74
Histórico	5,87	4,6
Pentecostal	29,62	21,78
Outras	7,82	8,49
Sem religião	10,07	13,39
Total	100	100

Fonte: o autor, a partir do ESEB 2022.

Os católicos seguem sendo maioria entre homens e mulheres, no entanto, entre os homens são mais da metade, enquanto apenas 46% das mulheres são católicas. O cenário muda entre os evangélicos, em que a proporção é maior entre as mulheres, tanto para os históricos, quanto para os pentecostais. As diferenças nos permitem afirmar que os evangélicos são majoritariamente compostos por mulheres.

Passado região e sexo, observemos abaixo a distribuição religiosa no país por faixa etária.

⁷

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>

Tabela 3 - Religião por faixa etária (%)

Religião	16 a 24 anos	25 a 45 anos	46 a 65 anos	60 ou mais	Total
Católico	38,26	43,89	57,86	64,56	49,13
Histórico	4,03	6,71	4,09	3,8	5,25
Pentecostal	27,18	29,26	21,86	18,99	25,79
Outras	8,05	7,92	8,96	6,33	8,15
Sem religião	22,48	12,21	7,23	6,33	11,69
Total	100	100	100	100	100

Fonte: o autor, a partir do ESEB 2022.

Primeiro, observa-se que entre os católicos, quanto mais jovem, menor é a proporção desse segmento religioso. Embora continuem sendo maioria entre todas as faixas etárias, a diferença com os evangélicos tende a diminuir conforme mais jovem a faixa etária, mas nesse caso cabe um destaque. A razão inversa não é a mesma entre os evangélicos por uma diferença: a faixa etária com maior proporção de evangélicos não são os mais jovens, de 16 a 24 anos, mas entre aqueles de 25 a 45 anos. Ainda assim, tais resultados não descartam observar a transição religiosa no Brasil, também como uma característica da transição geracional.

Tabela 4 - Religião por raça/cor (%)

Religião	Preto	Pardo	Branco	Outros	Total
Católico	46,11	48,73	52,06	37,1	49,06
Histórico	5,39	5,2	5,01	8,06	5,26
Pentecostal	25,15	28,57	22,42	27,42	25,85
Outras	10,48	6,64	8,41	16,13	8,19
Sem religião	12,87	10,85	12,09	11,29	11,63
Total	100	100	100	100	100

Fonte: o autor, a partir do ESEB 2022.

A tabela acima apresenta a distribuição religiosa por raça/cor. Nesse caso, a distribuição parece semelhante entre pretos, pardos e brancos, com diferenças mais significativas entre “outros”. Isso porque, como é de costume, usamos as características demográficas como categorias de referência. Ao utilizarmos a religião como categoria de referência, podemos encontrar dados, mais uma vez, semelhantes aos do Instituto

Datafolha⁸, que aponta que tanto entre católicos, quanto evangélicos, a maioria é composta por pardos, seguida de brancos e pretos.

Tabela 5 - Religião por renda, em salários mínimos (SM) (%)

Religião	Até 1 SM	1 a 2 SM	2 a 3 SM	3 a 5 SM	5 SM ou mais	Total
Católico	51,2	53,78	45,19	49,03	50,65	50,17
Histórico	3,13	4,81	7,87	5,82	5,19	5,26
Pentecostal	27,64	25,63	28,86	23,27	18,18	25,28
Outras	6,73	5,26	7	9,42	14,72	8
Sem religião	11,3	10,53	11,08	12,47	11,26	11,3
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: o autor, a partir do ESEB 2022.

Apresentamos, agora, a distribuição de religião por renda, estratificada em salários mínimos (SM). Aqui, verificamos que a maior proporção de evangélicos, tanto históricos quanto pentecostais, está na mesma faixa de renda que a menor proporção de católicos, que é entre 2 a 3 SM.

Tais dados apontam para o que já tem sido constatado (Silva, 2019; Spyer, 2020; Ferreira, 2022), que o perfil do evangélico médio brasileiro é: mulher, não-branca e baixa renda. Evidentemente, muito mais poderia ser dito sobre as características sociodemográfica desse segmento da população brasileira, mas para os fins do presente trabalho, as características apresentadas mostram-se suficientes para sabermos o perfil deste público com o qual estamos trabalhando.

⁸

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>

4. DA RELIGIÃO À POLÍTICA

A capacidade associativa e os mecanismos de participação política da religião não são novidades, sendo características já antigas, percebidas, inclusive, por Alexis de Tocqueville (1987) em sua visita aos Estados Unidos da América. Segundo o autor, essa capacidade associativa reflete um aspecto essencial de uma sociedade democrática. O autor destaca que, em um contexto de crescente igualdade, os indivíduos tornam-se mais fracos em sua capacidade de preservar isoladamente sua liberdade. Nesse cenário, as associações religiosas emergem como um dos principais mecanismos de fortalecimento da sociedade civil. Ao se organizarem coletivamente, os cidadãos não apenas compartilham valores e crenças, mas também desenvolvem uma cultura de cooperação que fortalece o tecido social e a resistência às tendências despóticas. Dessa forma, a religião assume um papel que vai muito além de sua dimensão “espiritual” ou metafísica.

“A religião, que, nos americanos, nunca se envolve diretamente no governo da sociedade, deve, portanto, ser considerada como **a primeira de suas instituições políticas**; pois embora não lhes dê o gosto pela liberdade, ela facilita singularmente seu uso.” (Tocqueville, p. 227, 1987, grifo meu)

Evidentemente, muito se produziu posteriormente sobre as relações entre religião e política, e uma dissertação não seria suficiente para passar por todos esses trabalhos. Por isso, apresentamos alguns dos principais trabalhos que tangenciam a temática ora explorada. Vale destacar que essa área de interesse nas ciências sociais, especialmente na ciência política, concentra-se em trabalhos desenvolvidos nos Estados Unidos da América, o que pode ser explicado, ao menos em partes, pela forte presença protestante naquele país.

O papel da religião aparece já no clássico de Campbell *et al.* (1960), *The American Voter*, como um importante mecanismo para explicar o voto. Ainda que a

religião não ocupe um papel central na referida obra, não é de se desprezar que o papel das igrejas aparece neste clássico da ciência política.

Sete anos mais tarde, um dos primeiros autores a concentrar-se no papel que a religião desempenha na esfera política foram os autores Benton Johnson e Richard H. White (1967), que discutem a relação entre a participação em comunidades protestantes ascéticas e as preferências políticas de seus membros, apresentando um modelo de interação social como uma forma de entender essa dinâmica. Os autores criticam suposições comuns na sociologia, que afirmam que a adesão às normas religiosas é primariamente impulsionada por convicções teológicas. Em vez disso, os autores argumentam que as interações dentro de um grupo religioso desempenham um papel crucial na formação e sustentação das crenças e do comportamento político, sugerindo que a exposição frequente a ensinamentos dentro da congregação influencia as atitudes individuais.

A pesquisa revelou que a frequência de participação em igrejas teologicamente conservadoras está positivamente associada à preferência pelo Partido Republicano, enquanto a participação em congregações mais liberais está negativamente associada a essa preferência. Esses resultados indicam que a relação entre a teologia protestante e a política não é simplesmente um reflexo de convicções teológicas, mas é fortemente influenciada pelo contexto social e pelas interações dentro da comunidade religiosa. Os autores destacam que a interação social não só ajuda a sustentar as convicções políticas dos indivíduos, mas também sugere que a formação de crenças e preferências políticas pode ser um processo dinâmico e contextualizado, alterando a forma como devemos entender a influência da religião na vida política. Vale destacar, ainda, que o trabalho de Ferreira e Fuks (2021), aponta no mesmo sentido, ao demonstrar como o hábito de frequentar cultos configurava um importante complemento dos mecanismos de votos no candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro, nas eleições presidenciais brasileiras de 2018.

Em *The Evangelical Voter: Religion and Politics in America* (1984), de Stuart Rothenberg e Frank Newport, os autores investigam o impacto dos evangélicos na política americana, dispondo de um modelo que considera a diversidade de crenças e

opiniões dentro desse segmento religioso. Rothenberg e Newport examinam como as experiências dos "nascidos de novo" — aqueles que tornaram-se evangélicos após conversão religiosa — influenciam as opiniões políticas e o comportamento eleitoral dos evangélicos, destacando aspectos como a relevância das campanhas eleitorais e a influência dos líderes religiosos. Os autores argumentam que, embora os evangélicos possam ser vistos como um bloco monolítico, há uma significativa variação de opiniões sobre questões políticas, sugerindo que a complexidade dessas identidades religiosas é fundamental para entender o papel da religião na política da época — e não precisaríamos ser muito ousados para dizer o mesmo hoje.

Mais voltados ao comportamento eleitoral, Arthur Miller e Martin Wattenberg (1984) exploraram a relação entre religiosidade e voto, com foco nas eleições americanas de 1980. Os autores discutem a tese de que, apesar da forte tradição americana de separação entre igreja e estado, a religião desempenhou um papel significativo em algumas eleições, como a de 1960, onde a afiliação religiosa influenciou as decisões de voto. Durante esse período, a polarização entre católicos e protestantes era uma característica marcante, embora essa divisão estivesse diminuindo ao longo das décadas.

Com a ascensão de grupos evangélicos, como a Maioria Moral, surgiram novas divisões que não se baseavam apenas nas tradições religiosas, mas na intensidade da fé, especialmente no escopo do fundamentalismo teológico. Esses grupos começaram a mobilizar seus adeptos em torno de questões morais e éticas, influenciando assim o resultado eleitoral a favor dos candidatos republicanos nas eleições daquele ano. O artigo ainda destaca que a nova direita cristã passou a desempenhar um papel vital na política americana, alterando o panorama e as alianças partidárias tradicionais.

Os autores concluem que, apesar de uma diminuição nas divisões religiosas tradicionais, a religiosidade continua a ser uma força influente na política. O estudo sugere que o crescimento da direita cristã e a politização dos valores religiosos poderiam levar a uma nova configuração dos vínculos entre religião e política nos EUA, com implicações significativas para as futuras eleições e para o funcionamento da democracia. A análise dos dados da pesquisa revela um impacto notável da

religiosidade nos resultados eleitorais, especialmente em um contexto de baixa participação política

Paul Lopatto, em *Religion and the Presidential Election* (1985), analisa a influência da religião nas eleições presidenciais americanas, explorando como as crenças religiosas moldam o comportamento eleitoral e a identificação partidária dos eleitores. O autor classifica os membros de denominações religiosas com base em sua ortodoxia e nos princípios éticos que guiam suas ações, enfatizando as diferenças entre grupos religiosos, como protestantes conservadores e católicos. Ele também investiga como questões sociais e a situação econômica impactam a mobilização política dentro desses grupos, sugerindo que, embora a religião desempenhe um papel nas eleições, as dinâmicas internas e externas podem mitigar essa influência. Esse trabalho é relevante para demonstrar que embora as crenças teológicas desempenhem um papel importante nas preferências políticas dos fiéis, outros fatores, internos à própria comunidade religiosa e que não são necessariamente teológicos, também têm seu impacto.

O trabalho de Wald, Owen e Hill (1988), seguindo a mesma linha, explora a influência das comunidades religiosas, especificamente igrejas protestantes, nas atitudes políticas de seus membros. A pesquisa discute como a religião, tradicionalmente abordada de forma individualista, como costumava ser abordada, pode ser melhor compreendida dentro de um contexto que considera a dinâmica de grupo dentro das congregações. Os autores argumentam que as igrejas oferecem um ambiente propício para a disseminação de visões políticas comuns, especialmente por meio de interações sociais e mensagens religiosas. Assim, o estudo busca entender a relação entre conservadorismo teológico e conservadorismo político em 21 congregações protestantes.

Para investigar essa relação, a pesquisa utilizou uma abordagem quantitativa que envolveu análises de regressão OLS (Ordinary Least Squares). As variáveis principais incluem o conservadorismo teológico da congregação, medido por uma média de escores de teologia pessoal dos membros, e a autoidentificação política dos indivíduos como conservadores. Os autores realizaram análises separadas a nível

congregacional e individual, permitindo uma avaliação abrangente da influência do contexto religioso sobre o comportamento político. Além disso, são consideradas variáveis de controle, como características demográficas e a filiação partidária.

Os resultados indicam que o conservadorismo teológico da congregação tem um impacto significativo sobre as atitudes políticas dos membros, superando a influência da teologia pessoal. Este padrão sugere que as comunidades religiosas atuam como agentes “moldadores” das crenças políticas de seus integrantes. Embora a teologia pessoal também tenha um efeito, o clima teológico da igreja se mostra mais relevante na formação das posições políticas. A pesquisa também aborda a possibilidade de variáveis de confusão, argumentando que a associação observada entre teologia e conservadorismo político não é devida a características individuais não medidas.

Os autores confrontam a hipótese de auto-seleção, que sugere que indivíduos com visões políticas similares tendem a se congregar numa mesma igreja. Eles argumentam que as igrejas exercem uma influência contextual que pode levar membros a modificar suas crenças políticas, mesmo quando suas teologias pessoais não correspondem às da congregação. A partir disso, a conclusão aponta a necessidade de um enfoque que considere o contexto social e religioso na análise do comportamento político, sugerindo que as igrejas desempenham um papel crucial na formação da identidade política dos estadunidenses.

Outro importante trabalho foi realizado por Ted Jelen (1992), num estudo que investigou a importância dos atributos individuais e das variáveis contextuais a nível de congregação na explicação do apoio a figuras da Nova Direita Cristã e do Partido Republicano, utilizando dados coletados de 14 igrejas em áreas rurais do Meio-Oeste dos EUA. Os resultados indicam que os efeitos contextuais são frequentemente mais significativos do que os efeitos individuais. Para contextualizar, os efeitos contextuais referem-se à influência do ambiente social e das características da congregação/comunidade religiosa sobre as atitudes políticas dos indivíduos, ao passo que os efeitos individuais referem-se características pessoais e disposições que afetam as opiniões políticas de um indivíduo, como crenças pessoais, histórico familiar e experiências de vida. No estudo, os efeitos contextuais são considerados significativos

e, em muitos casos, mais fortes do que os efeitos individuais. Além disso, essa influência não é apenas positiva; alguns efeitos contextuais podem ser negativos, sugerindo que abordagens simplistas de aprendizado social podem ser inadequadas para entender completamente as dinâmicas políticas nas igrejas.

Os dados ainda mostram que, embora os efeitos de atribuições individuais ainda sejam relevantes, as variáveis contextuais, como a ortodoxia teológica da congregação, exercem uma influência substancial. O estudo destaca que a conexão entre os fatores religiosos e as atitudes políticas pode ser complexa, com as variáveis contextuais oferecendo um entendimento mais profundo do apoio a figuras políticas. Resumidamente, o trabalho de Jelen reforça a ideia de que o ambiente social e as interações dentro das comunidades religiosas desempenham um papel crítico na formação das atitudes políticas, desafiando a visão de que as crenças políticas são unicamente moldadas por características individuais.

Um dos mais destacados trabalhos que abordam a relação entre religião e política é o de Paul Djupe e Christopher Gilbert, em *The Political Influence of Churches* (2009). Este trabalho se debruça sobre a influência das igrejas e associações religiosas no comportamento político dos indivíduos, destacando a importância da análise contextual na compreensão dessa dinâmica. Através de uma abordagem que considera as comunidades religiosas como subculturas sociopolíticas, o estudo argumenta que as relações sociais e as normas dentro desses grupos moldam as identidades coletivas e as interações políticas dos membros. A pesquisa aponta para a necessidade de medidas descritivas para entender como esses contextos sociais afetam a participação política e o desenvolvimento de habilidades cívicas de seus membros, sugerindo que as redes sociais dentro das igrejas podem facilitar a mobilização política e a formação de opinião dos congregantes.

Djupe e Gilbet (2009, p. 21-57) abordam a influência política das igrejas, com um foco especial na estrutura organizacional das congregações e nas redes sociais que facilitam a transmissão de informações políticas entre seus membros. Os pesquisadores escolheram duas igrejas/denominações protestantes dos Estados Unidos da América — luterana e episcopal —, onde aplicaram questionários que

permitiram avaliar não apenas aspectos religiosos e políticos, mas também demográficos das congregações, além de buscar entender a percepção dos membros sobre as crenças e comportamentos de seus irmãos religiosos. Com isso, buscaram responder como as atividades em grupos pequenos e as interações informais, como discussões sobre política, dentro das congregações funcionam como redes sociais que transmitem informações políticas. A existência de fóruns ou sessões de educação adulta é mencionada como um espaço significativo para discussões políticas, onde os membros têm a oportunidade de se engajar em diálogos relevantes. A presença de pequenos grupos é considerada crucial, pois eles geram um ambiente propício para a socialização e a troca de ideias que podem influenciar as opiniões políticas dos membros. O compromisso religioso e a lealdade à denominação são destacados como fatores que podem aumentar ou diminuir a transmissão de mensagens políticas dentro da congregação. Diferentes níveis de comprometimento religioso impactam a participação e a influência política dos membros, sugerindo que o engajamento ativo nas práticas religiosas pode estar correlacionado a um maior envolvimento cívico. Além disso, é enfatizada a diversidade nas congregações em relação a indicadores sociais e políticos; diferentes estruturas e práticas da igreja afetam a comunicação e a politização dentro desse espaço comum.

Outro elemento destacado pelos autores é a limitada influência que os líderes da congregação exercem sobre os membros, um efeito normalmente superestimado. A recepção das mensagens dos clérigos por parte dos membros varia, dependendo do nível de engajamento social dentro da igreja. Membros que estão mais conectados socialmente tendem a receber melhor essas mensagens, enquanto aqueles com forte compromisso religioso podem se isolar de informações externas, inclusive dos próprios clérigos e líderes. Assim, a análise propõe que, para entender como os membros da igreja formam suas preferências políticas, é essencial considerar o contexto social em que vivem e se envolvem politicamente.

Outro aspecto explorado pelos autores, até hoje pouco abordado, são as igrejas enquanto instituições da sociedade civil que contribuem para o desenvolvimento de habilidades cívicas dos seus fiéis-cidadãos. Djupe e Gilbert argumentam que a

representação em contextos democráticos não é apenas uma questão de faltarem recursos ou motivação individuais, mas também um problema comunitário. A participação cívica é frequentemente influenciada pelo contexto social e pela composição das comunidades, onde as pessoas com diferentes níveis de habilidades e experiências podem encontrar, nas próprias igrejas, um espaço acessível para praticar e desenvolver tais habilidades. Igrejas podem agir como um meio de reduzir as disparidades de oportunidade para aprender e participar em atividades cívicas, embora o acesso a essas oportunidades ainda dependa de estruturas internas específicas das congregações.

Além disso, vale destacar a importância da homogeneidade social dentro de pequenos grupos nas igrejas para o desenvolvimento dessas habilidades cívicas. Os membros que se sentem semelhantes aos outros em seus grupos tendem a ter mais oportunidades para exercer liderança e participar ativamente em atividades cívicas. No entanto, essa dinâmica pode limitar a diversidade de opiniões e reduzir a capacidade das igrejas de moderar posições ou fomentar um diálogo inclusivo na esfera pública. Portanto, enquanto as igrejas podem oferecer um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades cívicas e o engajamento político, a estrutura social e a composição dos grupos dentro delas também podem influenciar quais cidadãos podem ter acesso a essas oportunidades e como esses cidadãos se mobilizam politicamente.

Djupe e Gilbert (2009) desenvolvem uma profícua discussão com o modelo de voluntarismo cívico proposto por Verba, Schlozman e Brady (1995), que oferece, por sua vez, uma estrutura abrangente para entender a participação política dos cidadãos, destacando a importância de três componentes principais: recursos cívicos, engajamento pessoal e recrutamento social. Os recursos cívicos referem-se a diversos elementos que capacitam os indivíduos a se envolverem em atividades políticas. Isso inclui habilidades como a capacidade de organizar e liderar, conhecimento sobre questões políticas, acesso a informações e redes de contato que podem facilitar a participação. Além disso, os recursos cívicos também abrangem a disponibilidade de tempo e condições financeiras que permitem que as pessoas se envolvam em ações políticas, como votar, participar de protestos ou se engajar em organizações civis. O

segundo componente, engajamento pessoal, diz respeito ao interesse e à motivação individuais para a participação política. O engajamento pessoal pode ser influenciado por fatores como experiências passadas, a educação recebida e a conscientização sobre questões sociais e políticas. Indivíduos que estão pessoalmente comprometidos e motivados tendem a ser mais ativos em atividades políticas, como se filiar a partidos, chamar outras pessoas para participar ou efetivamente votar. O último componente, o recrutamento social, refere-se ao processo pelo qual indivíduos são incentivados a se envolver politicamente através de suas redes sociais e associações. Isso pode ocorrer em ambientes como igrejas, comunidades e organizações cívicas, onde a interatividade e o apoio social promovem um maior engajamento. Pessoas são frequentemente recrutadas para a participação política por amigos, familiares ou colegas que compartilham ideias e interesses semelhantes, o que pode aumentar a probabilidade de envolvimento com questões políticas e atividades cívicas.

Dito isso, autores argumentam que a disponibilidade de recursos cívicos, que inclui habilidades, conhecimentos e tempo, é fundamental para que os indivíduos se envolvam ativamente na política. Além disso, enfatizam o papel das associações sociais, como as igrejas, que não apenas fornecem um espaço para o desenvolvimento dessas habilidades, mas também atuam como redes de recrutamento que incentivam a participação política dos membros.

Não obstante, Djupe e Gilbert apontam ainda um elemento que pode ser limitador ao modelo de voluntarismo cívico, que é desigualdade social, visto que a distribuição desigual de recursos cívicos pode resultar em níveis variáveis de participação política entre diferentes grupos. Indivíduos de grupos sociais mais favorecidos tendem a ter mais acesso a recursos e oportunidades para se engajar na vida política, enquanto aqueles de grupos menos favorecidos enfrentam barreiras que dificultam sua participação. Esse contexto de desigualdade não só influencia as capacidades individuais de se engajar politicamente, mas também molda os ambientes sociais em que os cidadãos se encontram, impactando assim suas oportunidades de envolvimento político e sua eficácia no processo democrático.

Em coautoria com Djupe e Gilbert, Anand Sokhey (2009, p. 211-239), trata das diferenças de gênero na aquisição dos recursos cívicos nas igrejas, destacando como homens e mulheres desenvolvem habilidades participativas em organizações cívicas. Embora as igrejas sejam vistas como fontes importantes de habilidades cívicas, que podem ajudar a mitigar as desigualdades geradas por fatores econômicos e educacionais, as experiências dentro dessas instituições não necessariamente preveem uma solução simples para a igualdade política. As mulheres, que frequentemente participam mais em ambientes religiosos, ainda enfrentam barreiras que as impedem de obter os mesmos recursos cívicos que os homens.

Além disso, os autores destacam que as mulheres são mais afetadas por fatores sociais e organizacionais do que os homens. Isso inclui a desvalorização das contribuições políticas femininas e a resposta às pistas sociais de maneira distinta. A pesquisa revela que a estrutura social das congregações e a composição dos grupos podem limitar a capacidade das mulheres de desenvolver habilidades cívicas e de serem recrutadas para a participação política, evidenciando a complexidade das interações sociais que afetam a igualdade de gênero na esfera política. Isso aponta para a necessidade observada por Ferreira (2022) de não olhar para os evangélicos como segmento religioso homogêneo, mas considerá-lo em suas diferenças de gênero, raça e classe.

Os trabalhos mencionados são referenciais para qualquer um que deseje investigar os efeitos da religião sobre as atitudes democráticas e o comportamento político dos cidadãos, principalmente por escaparem às explicações tentadoras da simples congruência de valores ou ainda a hipótese de exposição às lideranças. Dada as limitações de uma dissertação, não será possível explorar todos os elementos contextuais que podem ter algum efeito sobre o comportamento político, eleitoral e as atitudes dos evangélicos.

Dito isso, optamos por dividir os evangélicos entre pentecostais e históricos. Embora essa divisão possa parecer focada apenas nas diferenças de tradições religiosas e teológicas, ela também revela distinções importantes em termos organizacionais e institucionais, especialmente no que diz respeito à estrutura da igreja

e à forma de governo eclesiástico adotada por cada denominação. As igrejas protestantes históricas geralmente apresentam formas de governo mais democráticas, que envolvem maior participação dos membros nas decisões da igreja. Entre essas formas, destacam-se o congregacionalismo e o presbiterianismo.

O congregacionalismo, característico das igrejas congregacionais e batistas, é caracterizado pela autonomia completa da congregação local. Cada igreja é governada pelos seus próprios membros, que tomam decisões importantes coletivamente em assembleias ou reuniões. Essa forma de governo valoriza a participação direta dos fiéis na escolha de líderes, na administração dos recursos e na definição das diretrizes pastorais e doutrinárias. Assim, a autoridade não está concentrada em uma hierarquia externa, mas distribuída de maneira horizontal entre os membros da congregação.

Já o presbiterianismo, típico das igrejas presbiterianas, apresenta uma estrutura representativa, fundamentada na participação dos fiéis. Nesse modelo, a igreja é governada por um corpo de presbíteros eleitos pela comunidade local, que formam conselhos, que são responsáveis pela supervisão espiritual e administrativa da igreja local. Diferente dos congregacionais, as igrejas locais são vinculadas a presbitérios e sínodos, que são igualmente governados por concílios compostos por presbíteros e pastores. Esses conselhos se organizam em níveis ascendentes, culminando em assembleias gerais que deliberam sobre questões doutrinárias e administrativas de âmbito mais amplo. Embora haja uma hierarquia, o sistema presbiteriano mantém uma forma de governo colegiada e representativa, o que reforça a ideia de que a autoridade e a tomada de decisão são compartilhadas e legitimadas pela comunidade.

Essas formas de governo contrastam-se com modelos mais centralizados e autoritários presentes em muitas denominações pentecostais, que tendem a concentrar poder na liderança do pastor ou do fundador da igreja, formando uma tipo de episcopalismo altamente hierárquico e pouco aberto à comunidade. Por isso, acreditamos que a forma de governo eclesiástico é um elemento crucial para compreender as diferenças na relação desses grupos com a democracia e suas práticas políticas.

5. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos da pesquisa, o trabalho disporá de métodos e técnicas de pesquisa quantitativa. A justificativa para o uso desse método pode ser dada a partir das contribuições elencadas por Cervi (2017). Segundo o autor, a pesquisa quantitativa tem em linhas gerais três grandes finalidades.

A primeira finalidade da pesquisa quantitativa é permitir ao pesquisador entender as possíveis causas de um fenômeno por meio de um conjunto de dados observados, como um survey, por exemplo. No caso deste trabalho, supomos que a religião – aqui, católica e evangélica –, em seus segmentos explicados em seção anterior, pode ser causa do fenômeno que são as atitudes democráticas. Dessa forma, utilizando dados de surveys é possível identificar os efeitos dos subgrupos cristãos no Brasil (variável independente), sobre o comportamento político e as atitudes democráticas (variável dependente).

A segunda finalidade da pesquisa quantitativa é permitir ao pesquisador identificar explicações multivariadas, considerando que fenômenos sociais não são explicados por relações causais simples. Isso se traduz no presente trabalho, em considerar em nossa variável independente outros fatores, como sexo, idade, escolaridade, renda etc. Como bem expõe Cervi (2017, p. 20):

Da mesma forma como existem causas indiretas, aditivas ou ocasionais por interação entre os elementos do mundo social, também há variáveis que só apresentam relação com determinado efeito quando agregada e outras.

A terceira finalidade da utilização do método quantitativo é o uso de dados que permitam sua generalização. Essa finalidade é indispensável no presente trabalho, considerando, como já mencionado na seção introdutória, que católicos e evangélicos, juntos, formam aproximadamente 86% da população brasileira. Assim, utilizaremos de dados de pesquisa amostral, que assegura o cumprimento desta finalidade de generalização, dando, assim, uma visão mais ampla, e ao mesmo tempo segura, do nosso objeto de pesquisa.

No que tange às análises, a pesquisa quantitativa dispõe de três abordagens: (1) experimento de campo: é a técnica em que o pesquisador administra alterações, de maneira intencional, em seu objeto de análise, para que assim possa identificar as relações e o comportamento de cada variável; (2) pesquisa descritiva: vale-se de dados coletados de uma grande quantidade de variáveis e são “reduzidas a indicadores representativos da dinâmica social, para descrever como os fenômenos acontecem” (CERVI, 2017, p. 24). Esse tipo de pesquisa permite encontrar o maior número possível de características do fenômeno estudado; (3) pesquisa exploratória: é uma extensão da pesquisa descritiva, caracterizada, no entanto, pela falta de dados prévios quanto ao fenômeno estudado. Na pesquisa exploratória, o pesquisador não tem uma direção de hipótese pré-definida e busca explorar ao máximo a natureza dos dados e as possíveis relações entre as variáveis. Nossa pesquisa encontra-se entre a abordagem descritiva e exploratória.

Para responder às perguntas da pesquisa utilizamos os dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), de 2022. Além disso, para efeitos de comparação longitudinal, utilizamos as ondas do ESEB de 2002, 2010, 2014 e 2018. Não utilizamos a onda de 2006, por diferenças no questionário que não permitiram a comparação. O ESEB é o principal *survey* pós-eleitoral do Brasil, aplicado desde 2002. Trata-se de um *survey* representativo do eleitorado brasileiro, cuja amostra ocorre em três etapas: 1) amostragem de probabilidade proporcional ao tamanho – PPT; 2) seleção de setores censitários; 3) seleção dos respondentes de acordo com cotas de sexo, idade, escolaridade, ramo de atividade, número de banheiros no domicílio (proporcionalmente aos dados observados no IBGE, PNAD e TSE). A margem de erro é de 2,5% dentro de um intervalo de confiança de 95%.

A variável independente de interesse da pesquisa é a filiação religiosa. Para construí-la utilizamos duas perguntas. Em primeiro lugar, foi perguntado: *“Por favor, me indique qual dessas é a sua religião. Caso não encontre na lista, pode me falar diretamente qual é a sua religião”*. Em seguida, para aqueles que selecionaram a religião “evangélica”, foi feita uma questão complementar: *“Qual igreja evangélica o Sr./Sra. frequenta?”*. Com base nessas duas perguntas criamos uma variável categórica, com as seguintes categorias: (0) católico, (1) evangélico histórico, (3)

evangélico pentecostal (e neopentecostal), (4) outras religiões / sem nenhuma religião). As igrejas evangélicas que não conseguimos classificar entre “históricas” e “pentecostais” foram excluídas da amostra (ao todo, 168 casos foram excluídos por esse motivo).

A separação entre igrejas evangélicas históricas e pentecostais/neopentecostais foi feita com base na discussão da seção anterior. Para exemplificar, seguem as principais igrejas que foram classificadas como “históricas” e “pentecostais”:

Quadro 1 - Igrejas classificadas em evangélicas históricas e pentecostais

Igrejas históricas	Igrejas pentecostais
Batista, Betel-Batista, Presbiteriana, Luterana, Metodista, Adventista.	Assembleia de Deus, Bola de Neve, Brasil para Cristo, Comunidade Cristã, Congregação Cristã do Brasil, Deus é amor, Evangelho Quadrangular, Igreja Internacional da Graça, Igreja Mundial do Poder de Deus, Igreja de Deus, Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra, Igreja Universal do Reino de Deus.

Fonte: o autor, a partir do ESEB 2022.

Os dados da variável podem ser observados na Tabela 1. Assim como no Censo do IBGE de 2010, os católicos são o grupo majoritário, com 53,6%. Os evangélicos somados totalizam 26% dos eleitores, sendo uma minoria de evangélicos históricos (6,1%) e uma maioria de pentecostais (19,8%). Por fim, outras religiões (espíritas, religiões de matrizes africana, asiática, entre outras) e sem religião somam 20,5% dos eleitores.

Tabela 5 - Filiação religiosa dos eleitores brasileiros, 2022

Filiação religiosa	%
Católicos	53,6%
Evangélicos históricos	6,1%
Evangélicos pentecostais	19,8%
Outras religiões / Sem religião	20,5%
Número de observações	1.833

Fonte: o autor, a partir do ESEB 2022.

Em relação às variáveis dependentes, construímos três variáveis relativas ao conservadorismo e outras três quanto ao autoritarismo. Tendo como norteador o trabalho de Lacerda (2020), optamos por três variáveis disponíveis no ESEB que refletem atitudes ligadas à: segurança, à vida / direito das mulheres e sexualidade. Todas as perguntas partem do mesmo enunciado: “agora vou enumerar uma série de temas debatidos na sociedade brasileira. Gostaria de saber se o(a) sr.(a) é a favor ou contra”.

Os próximos enunciados destacam os temas que os entrevistados devem avaliar. São eles: 1) “a redução da maioridade penal” (segurança), 2) “a adoção de criança por um casal gay” (sexualidade) e 3) “a legalização do aborto” (direitos reprodutivos).

Para os indicadores de atitudes democráticas, replicamos a variável de compromisso democrático discutida por Casalecchi (2018) e duas variáveis de apoio à princípios democráticos, trabalhadas por Fuks, Casalecchi, David e Gonçalves (2016) e, em trabalho posterior, por Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2018).

De acordo com Casalecchi (2018) é preciso distinguir a adesão à democracia do rechaço a golpes militares. O argumento para essa distinção é que os eleitores são, em geral, ambivalentes, de forma que muitos daqueles que se dizem democratas não descartam alternativas autoritárias quando apresentadas (Moisés, 2008).

Para medir a adesão à democracia utilizamos a seguinte pergunta: “a democracia é sempre e sob quaisquer circunstâncias preferível a qualquer outra forma de governo”. Nesse caso, no entanto, as opções de respostas variavam entre concorda muito, concorda, discorda e discorda muito. Consideramos como “democrata”,

assumindo um critério forte, apenas aquele que respondeu que “concorda muito” com a frase.

O rechaço a golpes militares foi construído a partir de uma bateria de três perguntas. O enunciado geral é: *“algumas pessoas dizem que em certas circunstâncias se justificaria que os Militares tomassem o poder através de um golpe de estado. Na sua opinião, em quais Das circunstâncias que eu vou mencionar se justificaria um golpe militar”*; com apenas duas respostas: *“seria justificado que os militares tomassem o poder por um golpe de estado; ou não se justificaria que os militares tomassem o poder por um golpe de estado”*. As perguntas específicas eram: “quando há muito crime”, “diante de muita corrupção” e “quando o país se encontra diante de instabilidade política”.

Para a variável, consideramos apenas aqueles que respondem negativamente para todas as três situações questionadas. Ou seja, apenas quem discorda da possibilidade de um golpe em qualquer situação elaborada é o que rejeita golpes autoritários.

Por fim, a variável de compromisso democrático é um somatório de quem adere à democracia e, ao mesmo tempo, rejeita um golpe autoritário. Essa seria a variável “forte” para medir não apenas a simples adesão ao regime, nem somente a discordância de golpes, mas, de forma coerente, as duas em conjunto (Casalecchi, 2018).

Pela Tabela 2, fica claro que nem todos os que aderem fortemente à democracia (53,5%) rejeitam golpes militares (36,7%). Quando avançamos para o compromisso democrático o percentual é de apenas 23,2%. Ou seja, pouco mais de 1 a cada 5 brasileiros prefere o regime democrático ao mesmo tempo que rejeita um golpe militar dentre todas as suas possibilidades (crime, corrupção e instabilidade política). Trata-se de um percentual que, por si só, já é relevante: a maioria dos brasileiros, independentemente da religião, não têm um compromisso com o regime democrático.

Tabela 6 - Atitudes democráticas dos eleitores brasileiros, 2022

Atitudes	% (N)
Adesão forte à democracia	53,5% (1.898)
Rechaço a golpes militares	36,7% (1.796)
Compromisso democrático	23,2% (1.733)

Fonte: o autor, a partir do ESEB 2022.

Além da variável de compromisso democrático também testamos a adesão de outros dois princípios democráticos: o apoio à separação dos poderes e o apoio ao Estado de direito. Segundo Fuks et. al. (2016), é preciso considerar que existe um forte viés de desejabilidade social nas respostas associadas à palavra “democracia”. Além disso, o termo “democracia” tem múltiplos sentidos para o eleitor. Por essa razão, uma forma de medir a adesão não é pela pergunta direta, mas sim por perguntas indiretas, que envolvem diferentes princípios da democracia. Na pesquisa do ESEB, duas perguntas refletem dois desses princípios. O enunciado geral das duas perguntas são: “Por favor, agora diga se o sr. (a) concorda muito, concorda um pouco, nem concorda nem discorda, discorda um pouco ou discorda muito de cada uma das afirmativas seguintes”. Os enunciados específicos são: “os tribunais de justiça devem ser capazes de impedir o governo de agir além de sua autoridade” e “ter um líder forte no governo é bom para o brasil mesmo que o líder não cumpra as regras”. As respostas possíveis são: concorda muito, concorda, discorda e discorda muito. Para manter o padrão da variável adesão à democracia, decidimos considerar como “democratas” apenas os que “concordam totalmente”, representando, assim, o apoio à separação dos poderes e o Estado de direito.

Pelos dados da Tabela 3, nota-se que uma minoria da população apoia “fortemente” o papel do judiciário em coibir abusos do governo. Por outro lado, a população se divide quanto apoiar um líder forte, mesmo que para isso ele possa não cumprir as regras, ou seja, passando por cima do Estado de direito.

Tabela 7 - Atitudes democráticas dos eleitores brasileiros, 2022

Atitudes	% (N)
Apoio à separação dos poderes	35,7% (1.894)
Apoio ao Estado de direito	49,7% (1.953)

Fonte: o autor, a partir do ESEB 2022.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

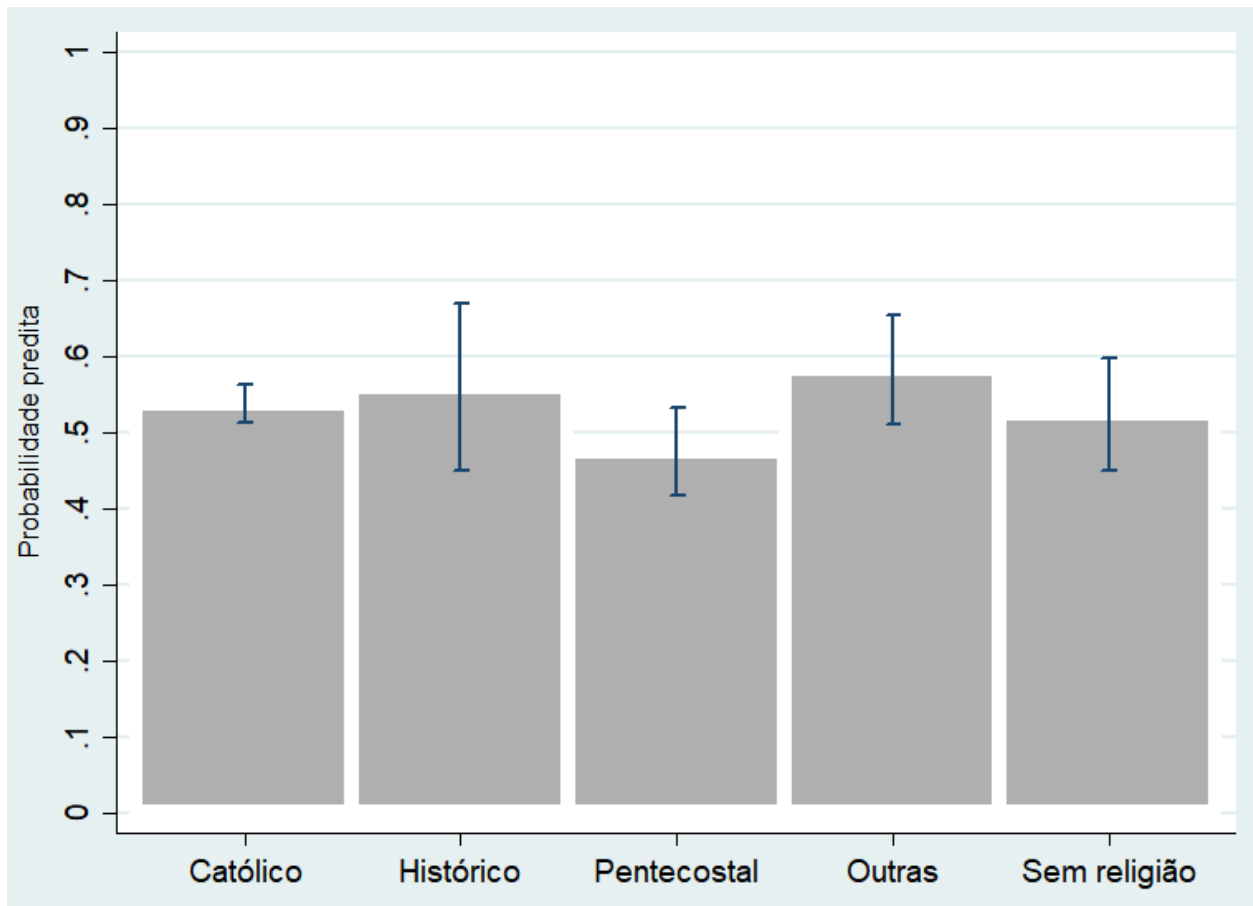
6.1 ANÁLISE LONGITUDINAL

Embora a ênfase de nosso trabalho tenha sido o ano de 2022, apresentamos abaixo os dados longitudinais sobre adesão forte à democracia, a partir das ondas de 2002, 2010, 2014 e 2018 do ESEB. Tais resultados nos auxiliam a demonstrar a relevância do caso de 2022, apresentado em seção seguinte. Os gráficos a seguir apresentam as probabilidades preditas construídos a partir de modelos de regressão logística, aplicados os controles de sexo, idade e escolaridade, IC = 95,5%.

Abaixo, apresentamos no Gráfico 1 os efeitos da religião sobre adesão forte à democracia, para 2002, ano em que protagonizaram as eleições presidenciais os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e José Serra (PSDB). Embora a margem de erro não nos permita afirmações conclusivas, identificamos uma adesão forte à democracia ligeiramente menor entre os evangélicos pentecostais, especialmente quando comparada aos católicos e outras religiões.

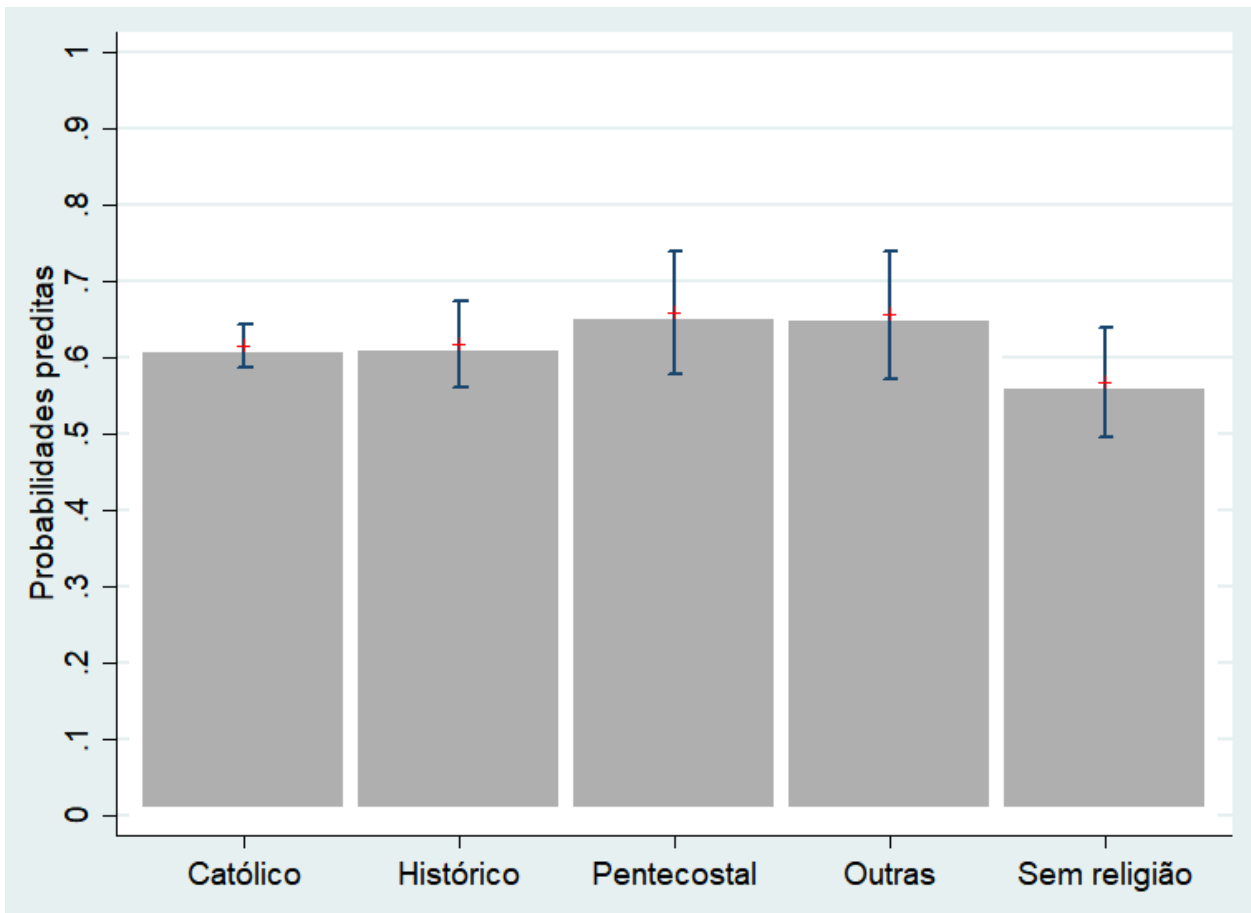
Como podemos observar nos gráficos 2, 3 e 4, não houve diferenças significativas, com católicos, evangélicos históricos, evangélicos pentecostais, outras e sem religião apresentando valor semelhante para adesão forte à democracia.

Gráfico 1 - Probabilidades preditas da religião sobre a adesão forte/máxima à democracia, ESEB 2002



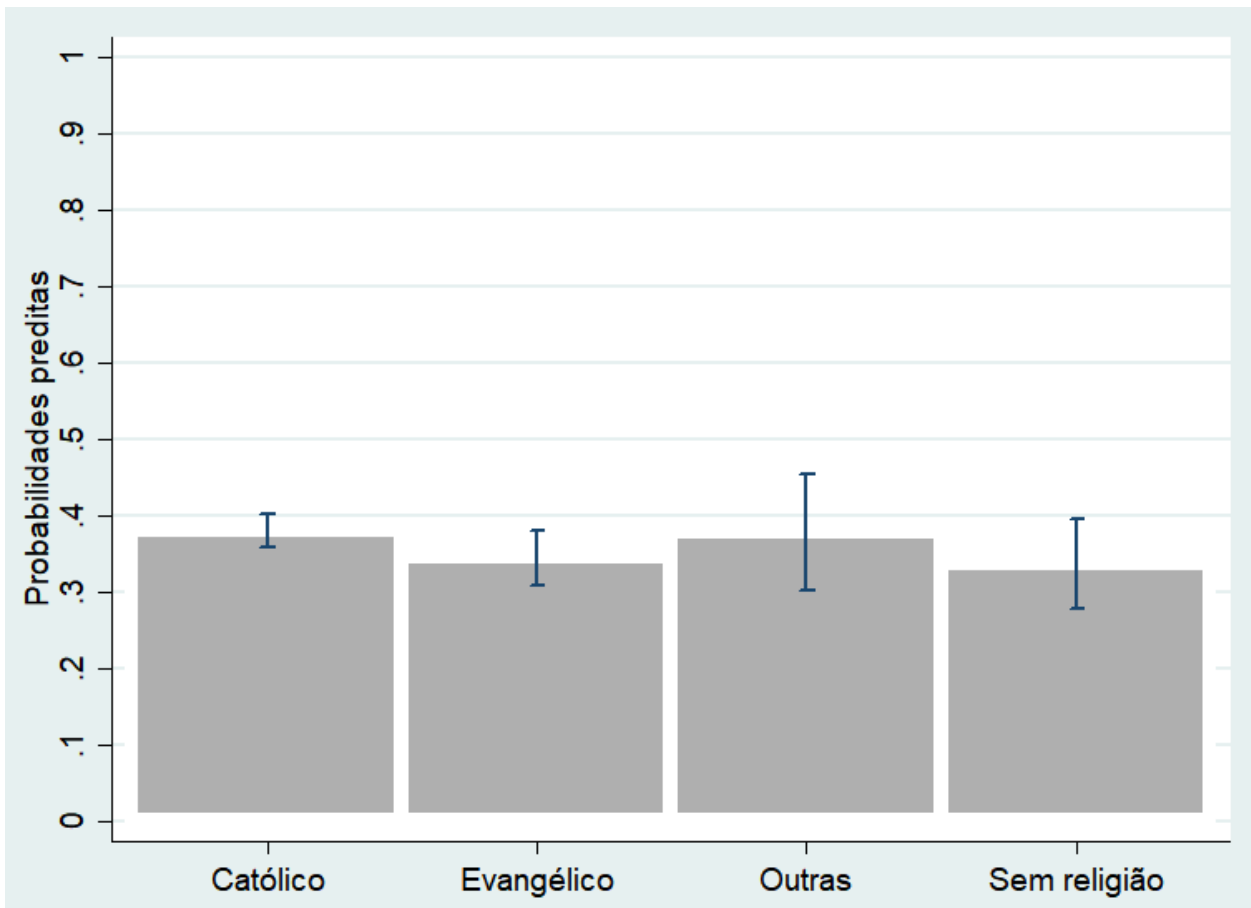
Fonte: o autor, a partir do ESEB 2002.

Gráfico 2 - Probabilidades previstas da religião sobre a adesão forte/máxima à democracia, ESEB 2010



Fonte: o autor, a partir do ESEB 2010.

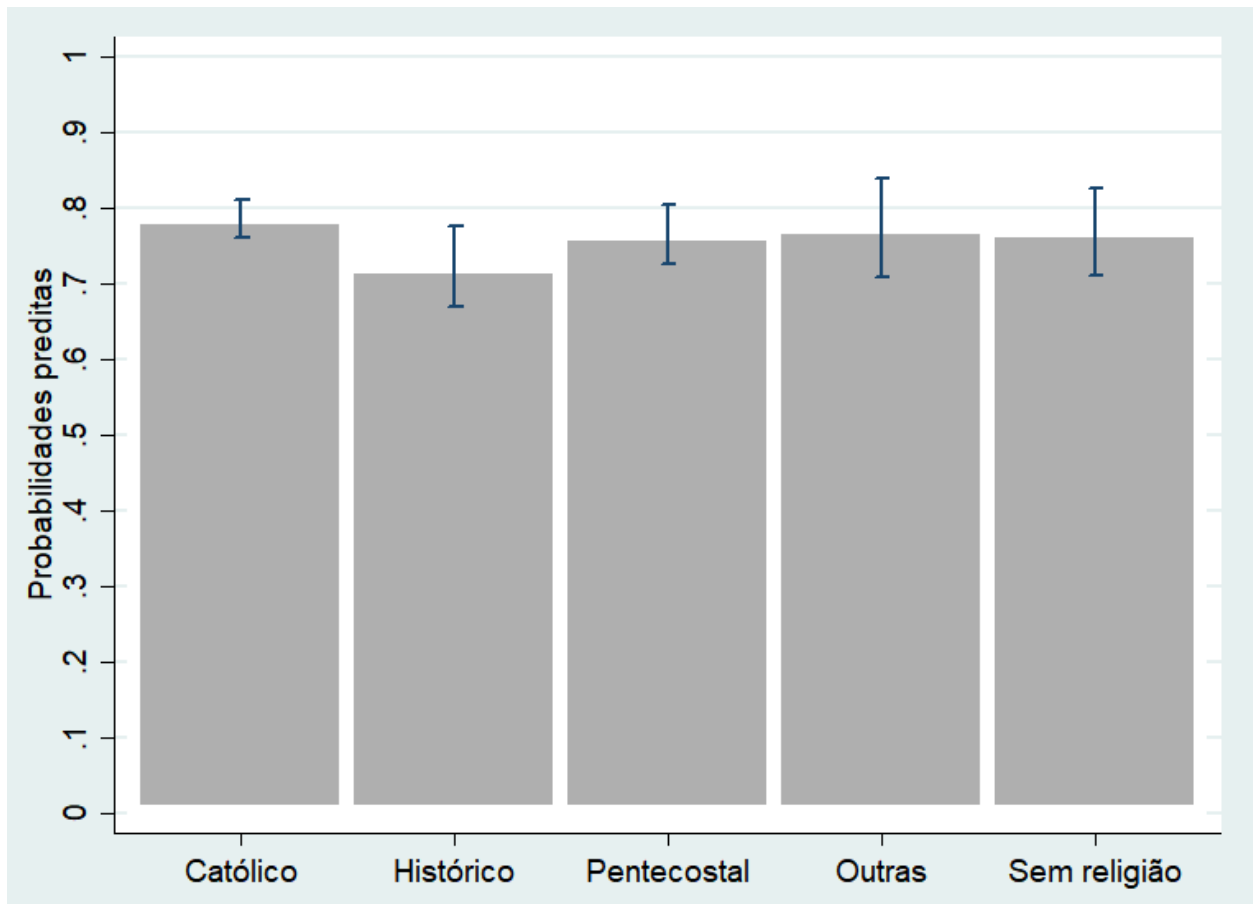
Gráfico 3 - Probabilidades previstas da religião sobre a adesão forte/máxima à democracia, ESEB 2014



Fonte: o autor, a partir do ESEB 2014.

Dos gráficos referentes à 2010, 2014 e 2018, o de 2014 chama a atenção por registrar uma diminuição da adesão à democracia entre todos esses segmentos. Nesse ano, especificamente, houve uma divisão entre os que concordavam muito (34,38%) e os que apenas concordavam (32,43%) que a democracia é a melhor forma de governo. Como nossa variável adota um critério forte, isto é, considera apenas os que concordam fortemente com a superioridade da democracia, então observamos forte queda para este ano.

Gráfico 4 - Probabilidades previstas da religião sobre a preferência pela democracia*, ESEB 2018



Fonte: o autor, a partir do ESEB 2018.

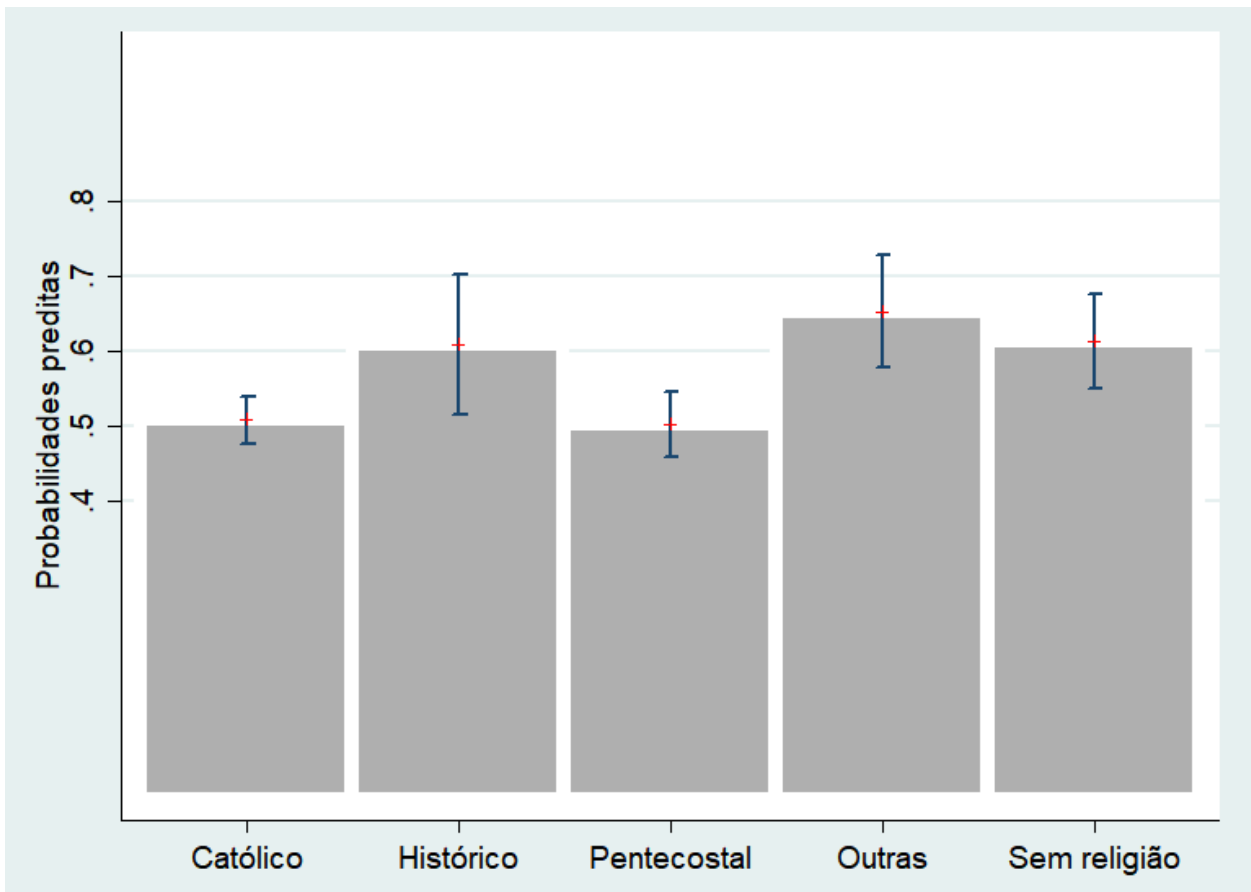
Nota: em 2018, a variável dependente é diferente dos outros anos. Nesse ano foi aplicado a pergunta: para você: 1) a democracia é sempre a melhor forma de governo, 2) em algumas circunstâncias uma ditadura pode ser melhor, 3) para mim tanto faz. Considera-se “democrata” o que avalia que ela é sempre a melhor forma de governo.

Abaixo, temos o gráfico de margens previstas da religião sobre adesão à democracia para o ano de 2022. Aqui já verificamos uma diferença que nos chama a atenção: a maior adesão à democracia entre os evangélicos históricos em relação aos pentecostais, que reforça nossa hipótese.

Esse é um ponto importante: pela análise longitudinal, apenas em 2022 os evangélicos se diferenciam entre si, com o evangélico pentecostal tornando-se menos democrático em relação ao evangélico histórico – e também em comparação a outras

religiões, porém não em relação aos católicos. Esse fato parece apontar para um efeito singular de 2022 sobre a relação entre religião e democracia.

Gráfico 5 - Probabilidades preditas da religião sobre a adesão forte/máxima à democracia, ESEB 2022

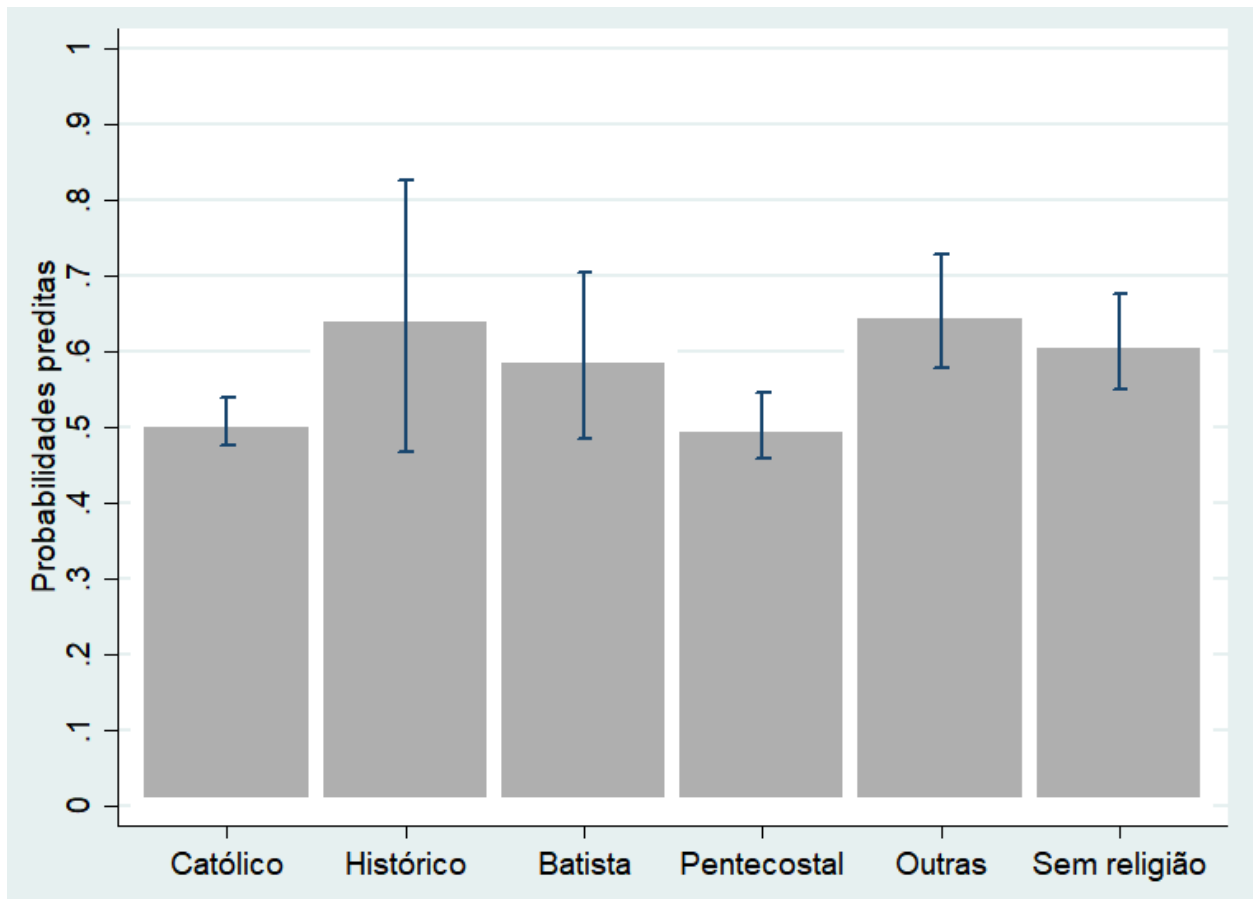


Fonte: o autor, a partir do ESEB 2022.

A seguir, apresentamos o mesmo gráfico de religião sobre adesão à democracia, desta vez separando os batistas. Isso porque, como apresentado em seção anterior, os batistas representam uma parte expressiva do segmento de evangélicos históricos, além de possuir grande heterogeneidade, com igrejas batistas com diferentes perfis. Isso nos levou a testá-los separadamente, e observamos um resultado próximo ao dos evangélicos históricos — que ficaram com um número de casos muito baixo —, o que

nos dá segurança em seguir a análise deixando os batistas entre os evangélicos históricos.

Gráfico 6 - Probabilidades preditas da religião, com batistas separados dos protestantes históricos, sobre a adesão forte/máxima à democracia, ESEB 2022



Fonte: o autor, a partir do ESEB 2022.

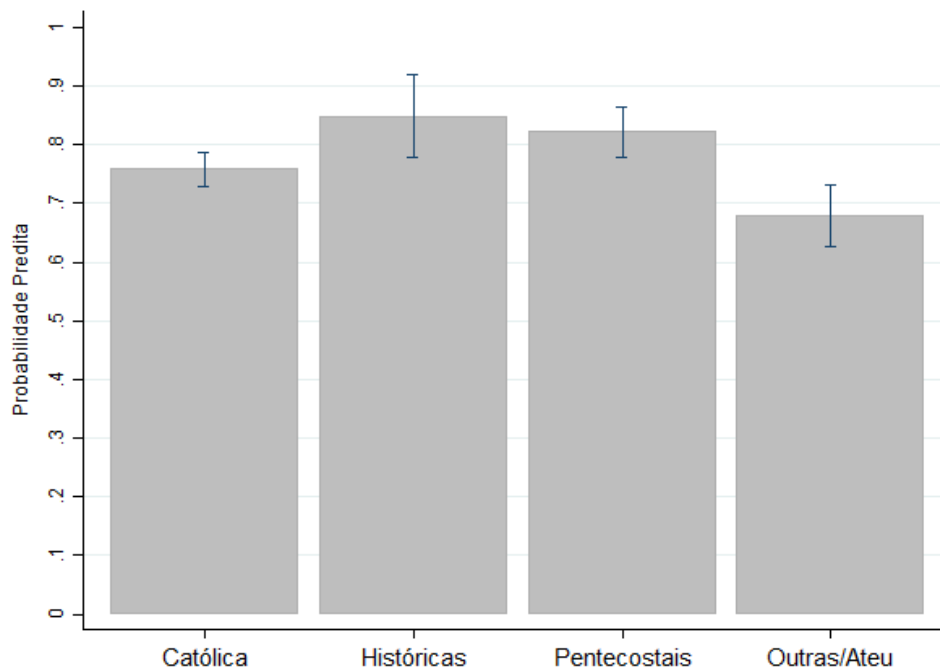
6.2 RESULTADOS E ANÁLISE REFERENTES À 2022

Todas as análises foram baseadas em modelos de regressão logística, cujos resultados foram transformados em gráficos de valores preditos, para facilitar a visualização e interpretação dos resultados (KING, TOMZ e WITTENBERG, 2000). Os

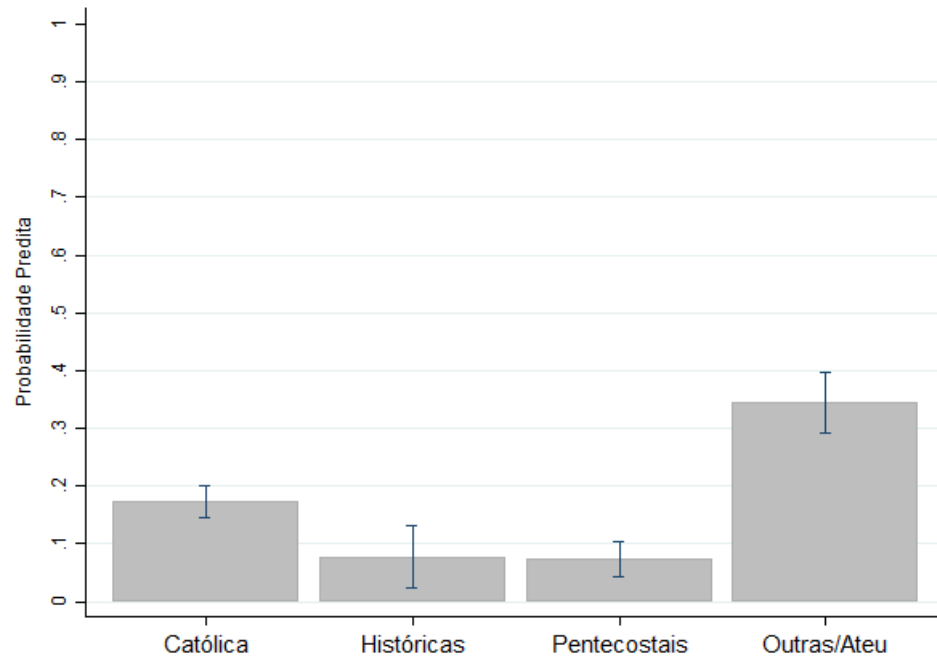
modelos, além da religião, que é nossa variável independente de interesse, também foram controlados por: sexo, faixa etária, faixa de renda, escolaridade e raça.

As Figuras 1, 2 e 3 são apresentadas em sequência, pois seguem um padrão muito semelhante: os evangélicos se distinguem como os mais conservadores, quando comparados aos católicos e outras religiões / ateus. Além disso, é importante observar que os evangélicos históricos e pentecostais não se diferenciam nessas questões. Ou seja, mesmo com todas as diferenças históricas, eclesiais e confessionais, os evangélicos são homogêneos no que diz respeito aos valores conservadores contra o aborto, a adoção de crianças por casais homossexuais e a favor da redução da maioridade penal.

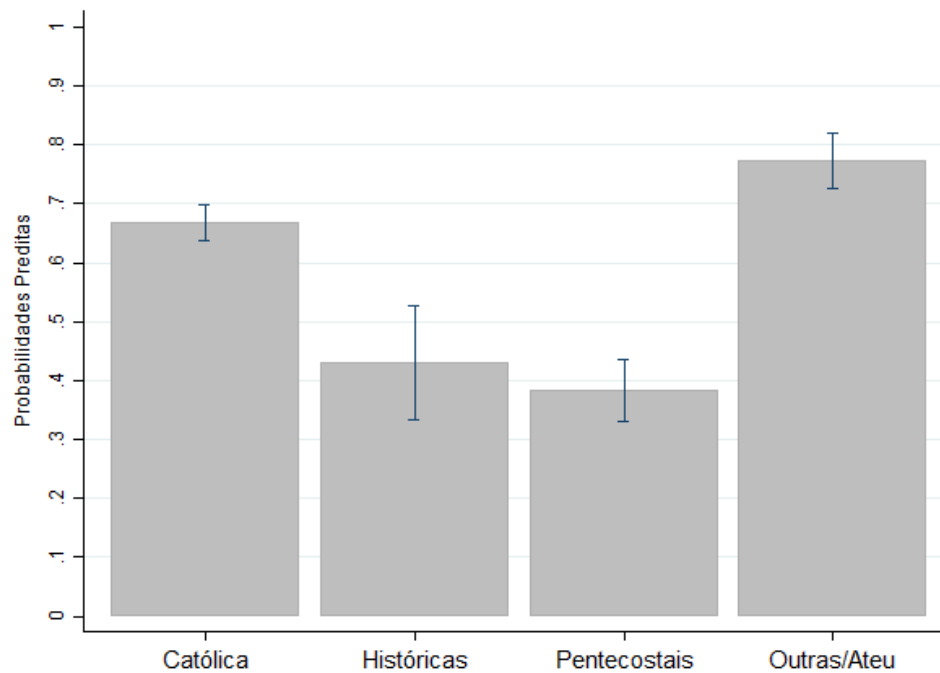
Gráfico 7 -Probabilidades preditas da religião sobre o apoio à redução da maioridade penal



Fonte: Autor, a partir do ESEB 2022

Gráfico 8 - Probabilidades preditas da religião sobre o apoio à legalização do aborto

Fonte: o autor, a partir do ESEB 2022.

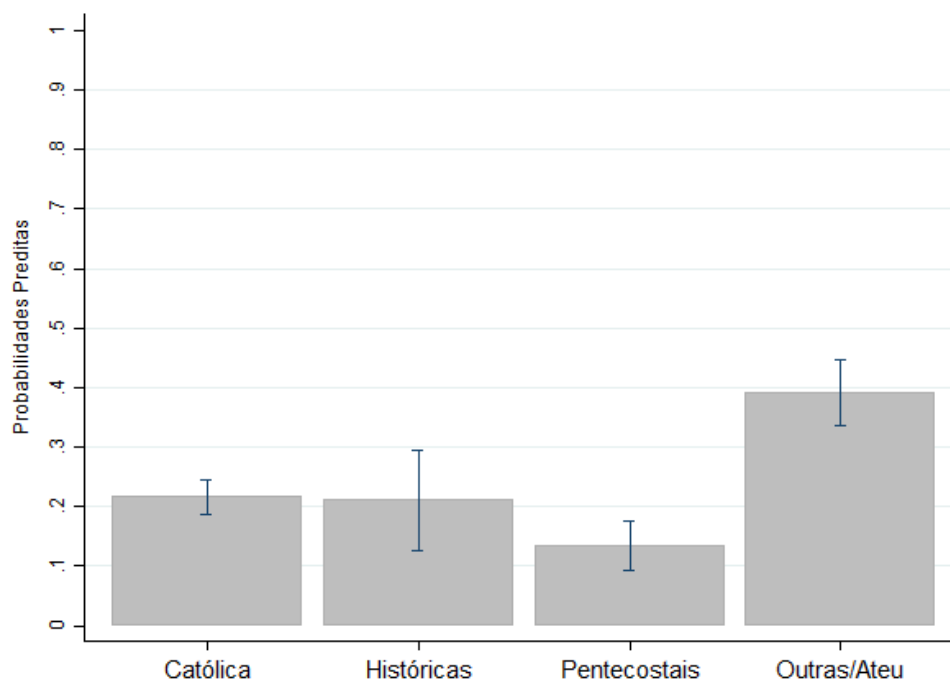
Gráfico 9 - Probabilidades preditas da religião sobre o apoio à adoção de crianças por casal gay

Fonte: o autor, a partir do ESEB 2022.

Vale observar que apesar dos evangélicos se destacarem como mais conservadores, os brasileiros, em sua maioria, são favoráveis a redução da maioridade penal. Por outro lado, uma minoria apoia a legalização do aborto. Já o tema da adoção de crianças por casais homossexuais é quem mais divide o eleitorado, embora a maioria, em média, seja a favor. Ou seja, em geral, predomina o apoio à agenda conservadora para essas questões, com destaque para os membros de igreja evangélica.

As Figuras 4, 5 e 6 apresentam um padrão diferente do conservadorismo. Ao analisarmos o efeito da religião sobre o compromisso democrático, ou seja, sobre aqueles que aderem à democracia e, ao mesmo tempo, rejeitam golpes militares, o resultado mais evidente é que indivíduos filiados a outras religiões / ateus são significativamente ($p < 0,01$) mais democráticos do que católicos ou evangélicos. Por outro lado, enquanto católicos e evangélicos históricos praticamente não se distinguem, os evangélicos pentecostais são levemente mais autoritários que eles ($p < 0,05$).

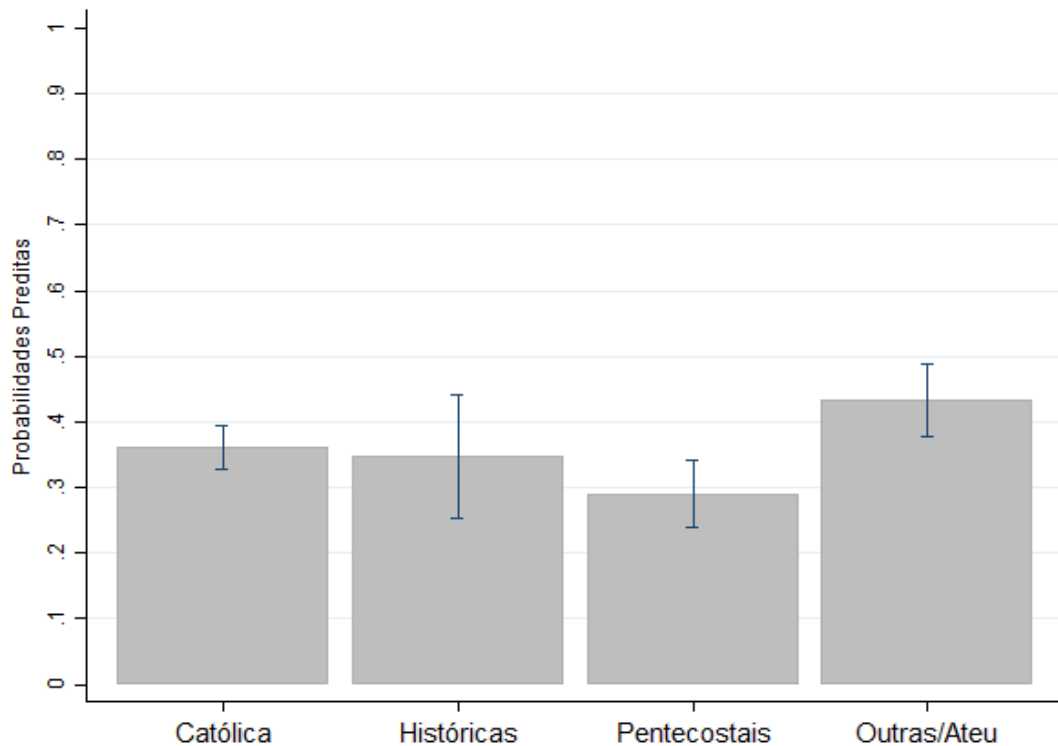
Gráfico 10 - Probabilidades preditas da religião sobre o compromisso democrático



Fonte: o autor, a partir do ESEB 2022.

O padrão acima é repetido na Figura 5, que analisa o apoio à separação dos poderes, mais especificamente o apoio à prerrogativa do poder judiciário de impedir um governo de agir além da sua autoridade. Novamente o que se destaca é o padrão de maior adesão de outras / não religiosos e de menor adesão dos pentecostais.

Gráfico 11 - Probabilidades preditas da religião sobre o apoio à separação dos poderes



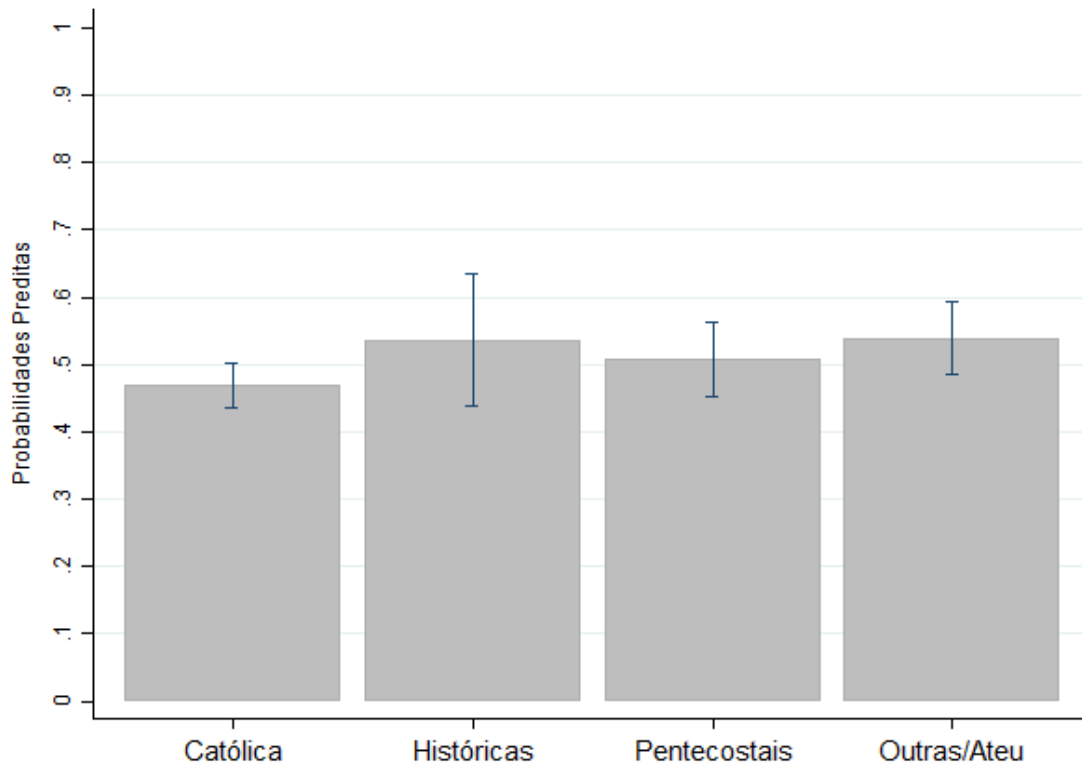
Fonte: o autor, a partir do ESEB 2022.

Por fim, a Figura 6, que testa o efeito da religião sobre o apoio ao Estado de Direito, é a única que não apresenta nenhuma diferença estatisticamente significativa entre as categorias religiosas, inclusive entre outras religiões / ateus.

Em seu conjunto, esses resultados permitem algumas considerações. Em primeiro lugar, fica claro que os evangélicos são consistentemente mais conservadores do que católicos e membros de outras religiões / ateus. Esse padrão é observado em todas as perguntas relacionadas a pautas progressistas: redução da maioria penal, legalização do aborto e adoção de crianças por um casal homossexual. Vale destacar

que nessa esfera, evangélicos históricos e pentecostais não se diferenciam, sendo igualmente defensores de uma pauta moral mais conservadora. Essa é uma das razões que ajudam a compreender a forte composição de evangélicos na base eleitoral de Bolsonaro, afinal, ambos compartilham de uma mesma agenda conservadora.

Gráfico 12 - Probabilidades previstas da religião sobre o apoio ao Estado de Direito



Fonte: o autor, a partir do ESEB 2022.

O padrão de atitudes autoritárias é diferente. Por exemplo, a diferença entre católicos e evangélicos é menos marcante, especialmente quando se compara católicos com evangélicos históricos. Embora sutil, a diferença mais relevante é que os evangélicos pentecostais têm menor compromisso democrático e apoio à separação dos poderes do que todas as demais categorias, inclusive evangélicos históricos.

Quanto a esse último ponto, vale notar que os evangélicos históricos são tão conservadores quanto os pentecostais, porém não tão autoritários quanto eles. Isso apoia a importância de separar conservadorismo e autoritarismo, conforme

argumentamos na seção teórica. Parte do segmento evangélico concorda com pautas conservadores, mas, nem por isso, concorda com medidas autoritárias / antidemocráticas.

Embora com um erro não desprezível, o suporte teórico nos permite constatar, preliminarmente, a partir da base de dados mais recentes do ESEB, que, de fato, os evangélicos são mais conservadores do que os católicos, outras religiões e ateus, ao menos no que tange à redução da maioria penal, à legalização do aborto e à adoção de crianças por um casal gay. Nota-se que esse padrão conservador está presente tanto em evangélicos históricos quanto em pentecostais.

Entretanto, não podemos estender esses resultados às atitudes autoritárias. Os dados demonstram que apenas evangélicos pentecostais têm menor compromisso com a democracia, padrão que não se repete entre os evangélicos históricos. Além disso, há pouca diferença entre os grupos no apoio aos princípios democráticos. No que diz respeito ao apoio à separação dos poderes e ao Estado de Direito, os evangélicos são tão autoritários quanto os católicos e as demais religiões e os sem religião.

Consideramos esse um avanço importante no sentido de qualificar a relação entre evangélicos e atitudes políticas e, conseqüentemente, possíveis explicações a respeito do voto entre esse eleitorado. Dado que os evangélicos ainda são o grupo religioso que mais cresce no Brasil, é cada vez mais importante conhecê-los para, dessa forma, realizar algum tipo de prognóstico em relação às eleições futuras.

É difícil determinar a direção causal entre esses fatores, isto é: se os eleitores escolheram Bolsonaro porque são mais conservadores ou se, ao se identificarem com Bolsonaro, tornaram-se mais conservadores na medida em que seguem os “atalhos” deixados pela sua liderança. Embora seja intuitivo pensar que os eleitores se aproximam dos candidatos por causa das suas atitudes prévias, Russo, Pimento Júnior e Avelino (2022) demonstraram, por meio de experimentos em survey, que a direção contrária também é factível, com eleitores ajustando suas preferências às de Bolsonaro.

Ainda se faz necessário, para avançar nos objetivos e sofisticar os resultados aqui apresentados, entender as diferentes “etapas” que conectam: a religião, as atitudes e o voto. Nesse caso, poderiam ser utilizados, por exemplo, modelos de equações estruturais, para analisar os efeitos diretos, indiretos e totais da variável

religião. Outro ponto a ser qualificado é o padrão de votação dos evangélicos ao longo do tempo. Nesse caso, seria muito bem vindo um estudo como esse, mas que abarcasse outras eleições. Por fim, cabe registrar que pelo número de observações reduzido, não foi possível aprofundar a distinção de categorias entre os evangélicos. Entretanto, elas fazem sentido tanto do ponto de vista histórico quanto eclesial. Ou seja, ainda está em aberto se o evangélico se comporta, de fato, de forma homogênea, ou se haveria, como defende Freston (1993), uma forte “pulverização” dentro desse grupo.

É importante considerar que ainda que as diferenças entre os grupos religiosos apresentados nem sempre atinjam significância estatística ao nível convencional — dado o grau de sobreposição dos intervalos de confiança —, os padrões observados são teoricamente relevantes e coerentes com a literatura existente. Como bem resumem Gelman e Stern (2006), a ausência de significância estatística não é o mesmo que ausência de efeito. A menor probabilidade predita de apoio à separação dos poderes entre pentecostais, por exemplo, alinha-se com hipóteses que associam estruturas eclesiásticas mais autoritárias a orientações políticas menos democráticas (Arikan e Ben-Nun Bloom, 2019; Arikan e Sekerciolu, 2019; Ben-Nun Bloom, Arikan e Vishkin, 2021). A ausência de significância pode decorrer de limitações de poder estatístico, sobretudo em subgrupos com menor tamanho amostral, e não necessariamente da inexistência de um efeito substantivo. Além disso, mesmo diferenças pequenas podem ser substantivamente relevantes em contextos de crescente participação política religiosa. Assim, optamos por considerar tais tendências como evidências sugestivas, ainda que inconclusivas, a serem interpretadas com cautela e em diálogo com demais achados do estudo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar a relação entre religião e atitudes democráticas no Brasil, com foco nos evangélicos brasileiros. Diante da centralidade crescente desse grupo no cenário político nacional, buscou-se compreender em que medida sua orientação conservadora se associa, ou não, a uma postura menos favorável à democracia.

A partir da análise dos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), observou-se que os evangélicos, de modo geral, destacam-se por posições mais conservadoras em temas morais, como o aborto, a maioridade penal e a adoção por casais homoafetivos. Por sua vez, essa inclinação conservadora não se traduz, de forma automática ou direta, em menor adesão à democracia. Nesse sentido, propomos e testamos empiricamente a distinção entre conservadorismo moral e antidemocratismo, o que revelou-se analiticamente promissor.

Essa distinção permitiu identificar indícios de que os evangélicos históricos, embora conservadores em termos morais, não apresentem indicativos de menor compromisso com a democracia, ao passo que os evangélicos pentecostais demonstraram, em alguns indicadores, indícios de menor adesão a princípios democráticos, como a separação dos poderes e o apoio ao Estado de Direito. Ainda que essas diferenças não sejam estatisticamente robustas em todos os casos, elas apontam para um padrão sugestivo, que merece investigação mais aprofundada.

Uma hipótese plausível para explicar essas diferenças intraevangélicas diz respeito às estruturas eclesiais. Igrejas pentecostais tendem a adotar formas de governo mais centralizadas e hierárquicas, com forte concentração de autoridade nas figuras pastorais, enquanto denominações históricas frequentemente operam sob modelos colegiados, mais horizontalizados e deliberativos. Essas diferenças organizacionais podem contribuir para formar disposições distintas em relação à autoridade e à política, influenciando o modo como os fiéis se relacionam com os valores democráticos.

Essa hipótese — explorada indiretamente neste trabalho através da separação entre pentecostais e históricos —, abre um caminho fecundo para trabalhos futuros.

Investigações que combinem análise institucional das formas de governo eclesiástico com variáveis atitudinais dos fiéis poderão oferecer explicações mais precisas e fundamentadas sobre as dinâmicas de socialização política nos diferentes segmentos evangélicos.

Ao propor a separação analítica entre conservadorismo e antidemocratismo, e ao sugerir que fatores organizacionais internos às igrejas podem mediar essa relação, a pesquisa amplia o repertório teórico e metodológico disponível para entender a política dos evangélicos no Brasil.

O estudo reforça, por fim, a importância de abordar o campo religioso com atenção à sua diversidade interna, evitando generalizações que obscurecem diferenças significativas. Em tempos de crescente influência política da religião, compreender essas nuances é essencial para análises mais rigorosas, equilibradas e politicamente relevantes.

Enfim, a expectativa é que o presente trabalho, junto a outros que o antecederam, abra caminhos para explorar perspectivas ainda não exploradas acerca das relações entre religião e política, articulando todas as áreas das ciências sociais, com todo o rigor teórico-metodológico. A relevância política e demográfica dos evangélicos está dada; às ciências sociais, cabe interpretá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, G; VERBA, S. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1964].

ARIKAN, Gizem; BEN-NUN BLOOM, Pazit. Religion and political protest: A cross-country analysis. **Comparative Political Studies**, v. 52, n. 2, p. 246–276, 2019.

ARIKAN, Gizem; SEKERCIOĞLU, Eser. Authoritarian predispositions and attitudes towards redistribution. **Political Psychology**, v. 40, n. 5, p. 1099–1118, 2019.

BEN-NUN BLOOM, Pazit; ARIKAN, Gizem; VISHKIN, Allon. Religion and democratic commitment: A unifying motivational framework. **Political Psychology**, v. 42, supl. 1, p. 75–108, 2021.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. 6. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOHN, S. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. X, no 2, Outubro, 2004, p. 288-338. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v10n2/22020.pdf>>.

BOHN, S. R. Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006). **Opinião Pública**, v. 13, n. 2, p. 366–387, nov. 2007.

BRANDÃO, C. R. **Os deuses do povo**. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Phillip; MILLER, Warren E.; STOKES, Donald E.. **The American Voter**. New York: John Wiley and Sons, 1960.

CASALECCHI, G. **Legado democrático e apoio à democracia na América Latina**: evidências e mecanismos explicativos. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI). **Alternativa dos desesperados**: como se pode ler o pentecostalismo autônomo. Rio de Janeiro, 1992.

CERVI, E. **Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política**. 1. Ed. Curitiba: CPOP-UFPR, 2017.

COLLIER, D; LEVITSKY, S. Democracy With Adjectives: Conceptual Innovation in Comparative Research. **World Politics**, Cambridge, v. 49, n. 3, p. 430- 451, Apr. 1997.

DAHL, R. **A democracia e seus críticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DAHL, R. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997.

DAHL, R. A democracia e seus críticos. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

D'EPINAY, C. **Religion, dynamique sociale et dépendance**: les mouvements protestants en Argentine et au Chili. Paris, Mouton, 1975.

DJUPE, Paul; GILBERT, Christopher. **The Political Influence Of Churches**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Edipro, 2022.

EASTON, David. **A System Analysis of Political Life**. New York: Wiley, 1965. . A re-assessment of the Concept of Political Support. *British Journal of Political Science*, Cambridge , v. 5, n. 4, p. 435-457, Oct. 1975.

EASTON, David. **A System Analysis of Political Life**. New York: Wiley, 1965.

FERREIRA, Matheus. **Voto dos evangélicos em Bolsonaro em 2018: identidade, valores e lideranças religiosas**. 2022. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. <http://hdl.handle.net/1843/49217>.

FRESTON, P. **Protestantismo e política no Brasil**: da constituinte ao impeachment. 1993. 307f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279821>>.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. A.; GONÇALVES, G. Q.; DAVID, F. F. Qualificando a adesão À democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros?. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 19, p. 199–219, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2366>.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. A.; RIBEIRO, E. A.. Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático: evidências a partir da América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 28, p. 7–32, jan. 2019.

GELMAN, Andrew; STERN, Hal. The difference between “significant” and “not significant” is not itself statistically significant. **The American Statistician**, v. 60, n. 4, p. 328–331, 2006.

GERARDI, D. Parlamentares evangélicos no Brasil: Perfil de candidatos e eleitos a deputado federal (1998–2014). **Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil**, v. 3, n. 14, p. 1–18, 2016.

HUNTINGTON, S. P.. **The Soldier and the State**: The Theory and Politics of Civil-Military Relations. Harvard University Press, 1957.

INGLEHART, Ronald. How Solid is Mass Support for Democracy and How Can We Measure It? **Political Science and Politics**, Washington, v. 36, n.1, p. 51-57, Jan. 2003. Disponível em: <http://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/S1049096503001689>. Acesso em: 25 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. 2000. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2000/inicial>. Acesso em: 23 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em 23 ago. 2022.

JELEN, Ted G.. “Political Christianity: A Contextual Analysis.” **American Journal of**

Political Science, v. 36, n. 1, p. 692–714, 1992.

KING, G; TOMZ, Michael; WITTENBERG, Jason. Making the Most of Statistical Analyses: Improving Interpretation and Presentation. **American Journal of Political Science**, Vol. 44, No. 2, April 2000, Pp. 341–355.

LARCERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados**. 209f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Centro de Ciências Sociais, Instituto de Estudos Sociais e Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel e PEREZ-LINAN, Aníbal. Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999. **Dados** [online]. 2001, vol.44, n.4, p. 645- 687. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582001000400001>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MILLER, Arthur H.; WATTENBERG, Martin P.. “Politics from the Pulpit: Religiosity and the 1980 Elections.” **Public Opinion Quarterly**, v. 48, n. 1, p. 301–17, 1984

MARIANO, R; PIERUCCI, A F O. Envolvimento dos pentecostais na eleição de collar. **Novos Estudos Cebrap**, v. no 1992, n. 34, p. 92-106, 1992.

MENDONÇA, Antônio. Um Panorama do Protestantismo Brasileiro Atual. In: LANDIM, Leilah (Org.) Sinais dos Tempos: Tradições Religiosas no Brasil, **Cadernos do ISER 22**, Rio de Janeiro, ISER, 1989.

MOISÉS, J. Á.. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 11–43, fev. 2008.

NOLL, Mark A.. **Religion and American Politics: From the Colonial Period to the 1980s**. New York: Oxford University Press, 1990.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte. **Ciências Sociais Hoje**, v. 11, p. 104-132, 1989.

PIERUCCI, A. F; PRANDI, R. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. **Opinião Pública**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 32-63, 1995.

PRANDI, R; SANTOS, R. “Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica”. **Tempo Social**, v. 29, n. 2, p. 187–214, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.110052>.

RUSSO, G. A.; PIMENTEL JUNIOR, J.; AVELINO, G.. O crescimento da direita e o voto em Bolsonaro: causalidade reversa?. **Opinião Pública**, v. 28, n. 3, p. 594–614, set. 2022.

RENNÓ, L.. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 106, p. 147–163, set. 2022.

RODRIGUES-SILVEIRA, R.; CERVI, E.U. Evangélicos e voto legislativo: Diversidade confessional e voto em deputados da bancada evangélica no Brasil. **Latin American Research Review**, 2019.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994. v. 1: O debate contemporâneo.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994. v. 2: As questões clássicas.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Victor Augusto Araújo. **A religião distrai os pobres? Pentecostalismo e voto redistributivo no Brasil**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.8.2019.tde-08012021-111833.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Belo Horizonte: Editora Itatiata; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

WALD, Kenneth D.; OWEN, Dennis; HILL, Samuel. "Churches as Political Communities." **American Political Science Review**, v. 82, n. 1, p. 531–48, 1988.

WALD, Kenneth D.; OWEN, Dennis; HILL, Samuel. "Political Cohesion in Churches." **Journal of Politics**, v. 52, n. 1, p. 197–215, 1990.

WALD, Kenneth D.. **Religion and Politics in the United States**. 3 ed.. Washington DC: CQ Press, 1997.

WEBER, Max. **Os três tipos puros de dominação legítima**. In: COHN, Gabriel (Org.) Max Weber: sociologia. 7. Ed. São Paulo: Ática, 1999. p. 128-141.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ANEXO A

* Abrindo ESEB 2002:

```
use "C:\Gabriel\Pesquisa\Bancos\ESEB\ESEB2002.dta", clear
```

* Religião

```
gen religiao = 3
```

```
replace religiao = 0 if p182 == 8
```

```
replace religiao = 1 if p182 == 3
```

```
replace religiao = 2 if p182 == 2
```

```
replace religiao = 4 if p182 == 12
```

```
replace religiao = 4 if p182 == 13
```

```
replace religiao = . if p182 == 99
```

```
label variable religiao "Religião"
```

```
label define religiao 0 "Católico" 1 "Histórico" 2 "Pentecostal" 3 "Outras" 4 "Sem religião"
```

```
label values religiao religiao
```

```
tab p182 religiao, m // check
```

* Adesão à democracia

```
recode p22 (5=1) (1/4=0) (6/99=.), gen (addem)
```

```
label variable addem "Adesão à democracia"
```

```
label define addem 0 "Baixa adesão" 1 "Forte adesão"
```

```
label values addem addem
```

```
tab p22 addem // check
```

* Homem

recode p158 (1=1) (2=0), gen (homem)

* Idade

gen idadeanos = p157

* Ensino superior

recode p159 (1/16=0) (17/20=1) (77/99=.), gen (superior)

* Análise

logistic addem i.religiao homem idade superior

margins religiao

marginsplot, recast(bar) ciopts(recast(rcap)) yscale(range(0 1))

* Abrindo ESEB 2010:

use "C:\Gabriel\Pesquisa\Bancos\ESEB\ESEB2010.dta", clear

* Religião

```

gen religiao = 3

replace religiao = 0 if RELIGI == 8

replace religiao = 1 if RELIGI == 2

replace religiao = 2 if RELIGI == 3

replace religiao = 4 if RELIGI == 70

replace religiao = 4 if RELIGI == 80

label variable religiao "Religião"

label define religiao 0 "Católico" 1 "Histórico" 2 "Pentecostal" 3 "Outras" 4 "Sem religião"

label values religiao religiao

tab RELIGI religiao, m // check

```

* Adesão à democracia

```

recode v152 (1=1) (2/5=0) (6/7=.), gen (addem)

label variable addem "Adesão à democracia"

label define addem 0 "Baixa adesão" 1 "Forte adesão"

label values addem addem

tab v152 addem // check

```

* Homem

```

recode SEXO (1=1) (2=0), gen (homem)

```

* Idade

```

gen idade = IDADE

```

* Ensino superior

recode ESC (1/8=0) (9/10=1), gen (superior)

* Análise

logistic addem i.religiao homem idade superior

margins religiao

marginsplot, recast(bar) ciopts(recast(rcap)) yscale(range(0 1))

* Abrindo ESEB 2014:

use "C:\Gabriel\Pesquisa\Bancos\ESEB\ESEB2014.dta", clear

* Religião

gen religiao = 2

replace religiao = 0 if D24_RELIGIÃO == 3

replace religiao = 1 if D24_RELIGIÃO == 5

replace religiao = 3 if D24_RELIGIÃO == 96

replace religiao = 3 if D24_RELIGIÃO == 97

replace religiao = . if D24_RELIGIÃO == 98

replace religiao = . if D24_RELIGIÃO == 99

label variable religiao "Religião"

label define religiao 0 "Católico" 1 "Evangélico" 2 "Outras" 3 "Sem religião"

```
label values religiao religiao
```

```
tab D24_RELIGIÃO religiao, m // check
```

```
* Adesão à democracia
```

```
recode PC10C (1=1) (2/5=0) (8/9=.), gen (addem)
```

```
label variable addem "Adesão à democracia"
```

```
label define addem 0 "Baixa adesão" 1 "Forte adesão"
```

```
label values addem addem
```

```
tab PC10C addem // check
```

```
* Homem
```

```
recode D2_SEXO (1=1) (2=0), gen (homem)
```

```
* Idade
```

```
gen idade = D1A_IDADE
```

```
* Ensino superior
```

```
recode D3_ESCOLA (1/7=0) (8/9=1), gen (superior)
```

```
* Análise
```

```
logistic addem i.religiao homem idade superior
```

```
margins religiao
```

```
marginsplot, recast(bar) ciopts(recast(rcap)) yscale(range(0 1))
```

```
*****
*****
```

* Abrindo ESEB 2018:

```
use "C:\Gabriel\Pesquisa\Bancos\ESEB\ESEB2018.dta", clear
```

* Religião

```
gen religiao = 3
```

```
replace religiao = 0 if D10 == 3
```

```
replace religiao = 2 if D10 == 5
```

```
replace religiao = 4 if D10 == 96
```

```
replace religiao = 4 if D10 == 97
```

```
replace religiao = . if D10 == 98
```

```
replace religiao = . if D10 == 99
```

```
replace religiao = 1 if D10A == 1
```

```
replace religiao = 1 if D10A == 12
```

```
replace religiao = 1 if D10A == 13
```

```
replace religiao = 1 if D10A == 15
```

```
replace religiao = 1 if D10A == 16
```

```
replace religiao = 1 if D10A == 88
```

```
replace religiao = 1 if D10A == 89
```

```
label variable religiao "Religião"
```

```
label define religiao 0 "Católico" 1 "Histórico" 2 "Pentecostal" 3 "Outras" 4 "Sem religião"
```

```
label values religiao religiao
```

```
tab D10 religiao, m // check
```

```
* Adesão à democracia
```

```
recode P8 (1=1) (2/3=0) (8/9=.), gen (addem)
```

```
label variable addem "Adesão à democracia"
```

```
label define addem 0 "Não adere" 1 "Democracia é sempre melhor"
```

```
label values addem addem
```

```
tab P8 addem // check
```

```
* Homem
```

```
recode D2_SEXO (1=1) (2=0), gen (homem)
```

```
* Idade
```

```
gen idade = D1A_ID
```

```
* Ensino superior
```

```
recode D3_ESCOLA (1/7=0) (8/9=1), gen (superior)
```

```
* Análise
```

```
logistic addem i.religiao homem idade superior
```

```
margins religiao
```

```
marginsplot, recast(bar) ciopts(recast(rcap)) yscale(range(0 1))
```

```
*****
```

* Abrindo ESEB 2022:

use "C:\Gabriel\Pesquisa\Bancos\ESEB\ESEB 2022\ESEB2022.dta", clear

* Religião

gen religiao = 3

replace religiao = 0 if D10 == 3

replace religiao = 2 if D10 == 5

replace religiao = 4 if D10 == 96

replace religiao = 4 if D10 == 97

replace religiao = . if D10 == 997

replace religiao = . if D10 == 998

replace religiao = 1 if D10a == 2

replace religiao = 1 if D10a == 12

replace religiao = 1 if D10a == 13

replace religiao = 1 if D10a == 15

replace religiao = 1 if D10a == 16

replace religiao = 1 if D10a == 93

label variable religiao "Religião"

label define religiao 0 "Católico" 1 "Histórico" 2 "Pentecostal" 3 "Outras" 4 "Sem religião"

label values religiao religiao

tab D10 religiao, m // check

* Religião

gen religiao2 = 4

replace religiao2 = 0 if D10 == 3

replace religiao2 = 3 if D10 == 5

replace religiao2 = 5 if D10 == 96

replace religiao2 = 5 if D10 == 97

replace religiao2 = . if D10 == 997

replace religiao2 = . if D10 == 998

replace religiao2 = 2 if D10a == 2

replace religiao2 = 1 if D10a == 12

replace religiao2 = 1 if D10a == 13

replace religiao2 = 1 if D10a == 15

replace religiao2 = 1 if D10a == 16

replace religiao2 = 1 if D10a == 93

label variable religiao2 "Religião"

label define religiao2 0 "Católico" 1 "Histórico" 2 "Batista" 3 "Pentecostal" 4 "Outras" 5

"Sem religião"

label values religiao2 religiao2

tab D10 religiao2, m // check

* Adesão à democracia

recode Q04a (1=1) (2/5=0) (97/98=.), gen (addem)

label variable addem "Adesão à democracia"

label define addem 0 "Baixa adesão" 1 "Forte adesão"

```
label values addem addem
```

```
tab Q04a addem // check
```

```
* Homem
```

```
recode D02 (1=1) (2=0), gen (homem)
```

```
label variable homem "Homem"
```

```
label define homem 0 "Mulher" 1 "Homem"
```

```
label values homem homem
```

```
* Idade
```

```
gen idade = D01A_IDADE
```

```
* Ensino superior
```

```
recode D03 (1/8=0) (9/10=1) (99=.), gen (superior)
```

```
label variable superior "Ensino superiorm"
```

```
label define superior 0 "Não" 1 "Ensino superior ou mais"
```

```
label values superior superior
```

```
* Cor
```

```
recode D12a (1=0) (2=1) (3=2) (4/5=3) (97/98=.), gen (coribge)
```

```
label variable coribge "Cor segundo definição IBGE"
```

```
label define coribge 0 "Preto" 1 "Pardo" 2 "Branco" 3 "Outros"
```

```
label values coribge coribge
```

* Renda

```
recode D09a_FX_RENDAF (1=0) (2=1) (3=2) (4=3) (5/8=4) (97/99=.), gen (renda)
```

```
label variable renda "Renda"
```

```
label define renda 0 "Até 1 SM" 1 "1 a 2 SM" 2 "2 a 3 SM" 3 "3 a 5 SM" 4 "5 SM ou  
mais"
```

```
label values renda renda
```

* Faixa Etária

```
recode D01A_IDADE (16/24=0) (25/45=1) (46/65=2) (66/90=3), gen (idade)
```

```
label variable idade "Cor segundo definição IBGE"
```

```
label define idade 0 "16 a 24" 1 "25 a 45" 2 "46 a 65" 3 "66 ou mais"
```

```
label values idade idade
```

* Análise

```
logistic addem i.religiao homem idade superior
```

```
margins religiao
```

```
marginsplot, recast(bar) ciopts(recast(rcap)) yscale(range(0 1))
```

* Análise

```
logistic addem i.religiao2 homem idade superior
```

```
margins religiao2
```

```
marginsplot, recast(bar) ciopts(recast(rcap)) yscale(range(0 1))
```

tab religiao REG, col chi

tab religiao homem, col chi

tab religiao fidade, col chi

tab religiao superior, col chipode